APROVADA POR
UNANIMIDADE

A FAVOR:

PS – 48
PSD – 33
CH – 2
TB – 1
CDS – 2
BE – 2
PCP – 1
IND –27

O PRESIDENTE DA AMB

FERNANDO SANTOS PEREIRA

ATA

DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE

BARCELOS

Cópia

SESSÃO DE 2024/12/12

(1.ª Reunião)

Cópia

ATA NÚMERO TRINTA E TRÊS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

---------Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Auditório dos Paços do Concelho, reuniu, pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por edital datado de três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:----------

---------ANTES DA ORDEM DO DIA.----------

---------Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no artigo décimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal.----------

---------INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.----------

---------Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo décimo terceiro do Regimento da Assembleia.----------

---------ORDEM DO DIA.----------

---------Ponto um – Aprovação das atas das sessões de vinte e um de junho e vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro;----------

---------Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em dois mil e vinte e cinco relativas às receitas municipais do IMI, Derrama, Participação de IRS, Taxa Municipal de Direitos de Passagem, redução da Taxa da Feira Semanal, isenção da Taxa das Atividades no Mercado Municipal Provisório (ou campo de feira, aos sábados de manhã), isenção da Taxa de Ocupação do Espaço Público (esplanadas), não atualização das demais taxas e não agravamento das taxas de recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos;----------

---------Ponto três – Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e

Cópia

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Orçamento Municipal para dois mil e vinte e cinco;----------

---------Ponto quatro – Discussão e votação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC) de Barcelos;----------

---------Ponto cinco – Discussão e votação das propostas da Câmara Municipal de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias e Uniões de Freguesias do concelho de Barcelos;----------

---------Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a outorgar entre o Município de Barcelos, as Direções dos Agrupamentos de Escolas e Freguesias/Uniões de Freguesia;----------

---------Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de retificação do ato administrativo/deliberação relativa à proposta número quarenta e oito, aprovada na reunião camarária de dezasseis do nove de dois mil e vinte e quatro e na sessão da Assembleia Municipal de vinte e sete do nove de dois mil e vinte e quatro, nomeadamente os anexos II e III, na parte atinente ao número de alunos do Agrupamento de Escolas Alcaides de Faria, bem como a respetiva comparticipação financeira;----------

Cópia

---------Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Gamil e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário cento e setenta e seis/dois mil e vinte e quatro LOEDI);------

---------Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a adesão do Município de Barcelos à Associação Cluster Indústrias Culturais e Criativas;----------

---------Ponto dez – Apresentação, para conhecimento, da informação relativa à situação económica e financeira do Município de Barcelos reportada a trinta do seis de dois mil e vinte e quatro;----------

---------Ponto onze – Apresentação, para conhecimento, dos relatórios de execução orçamental da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos respeitantes aos primeiro, segundo e terceiro trimestres de dois mil e vinte e quatro;----------

---------Ponto doze – Apresentação, para conhecimento, do Plano de Atividades e Orçamento da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos de dois mil e vinte e cinco;----------

---------Ponto treze – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.--------

---------Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:----------

---------Abel da Silva Sá, Adelino Lima da Silva Fernandes, Agostinho Martins da Silva, Alberto Manuel da Silva Fernandes, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, António Augusto Martins de Carvalho, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António Fernandes Jardim, António Manuel Faria da Costa, António Silva Pereira, Armando Ricardo Pereira Costa, Armindo Manuel da Costa Vilas Boas, Augusto Fonseca da Silva Dias, Bruno André Torres Macedo, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Carlos Miguel da Silva Dantas, Catarina Marina Faria Duarte, Cristiana Carneiro Faria, Daniel Fernandes Azevedo, David Alberto Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, David José Pereira Carvalho, Domingos Alberto Meneses Costa, Domingos Pereira de Araújo, Fernando Jorge Ramos Lima, Fernando Santos Pereira, Filipe Senra de Oliveira, Firmino Manuel Lopes da Silva, Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilda Maria Fonseca Trilho Silva, Isaías da Silva Macedo Gomes, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, João Alberto Novais Alves, João José Longras Maciel, João Maurício Campos Barros, João Paulo Pereira Dias, João Paulo da Silva Ferreira, João Pedro Ribeiro Gomes, Joaquim Manuel Araújo

Cópia

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Barbosa, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge Manuel Martins Fernandes, José António Gomes Coelho, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Cardoso Rodrigues, José Carlos Esteves da Costa, José Carlos Magalhães Vilas Boas, José Carlos da Silva Brito, José Casanova Ferreira, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel de Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Rui da Costa Alves Peixoto, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Liliana Carina Barreiro Faria, Liliana Cristina da Costa Faria, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel Fernandes de Sousa, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel Oliveira Gomes, Manuel Simões Correia, Maria Arminda Silva Cruz, Maria da Conceição Costa e Silva, Maria Elisabete Barreto da Silva, Maria Elisabete Fernandes da Cunha, Maria de Fátima Ferreira Faria, Maria Isabel Sá Venda, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Marisa Alexandra Silva Pereira, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Miguel Ângelo Silva Pereira, Miguel Jorge da Costa Gomes, Natalina de Sá, Nélson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Miguel Machado Martins, Patrícia Sofia Pereira Vilas Boas, Paula Cristina Leiras Belchior, Paula Maria Barbosa Lopes, Paulo Alexandre Magalhães Alves, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Filipe Soares de Sousa, Ricardo Bruno Ferreira de Vasconcelos, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rosa Maria Fernandes da Costa, Rosa dos Prazeres Nascimento da Costa Faria, Rui Manuel Dias Faria, Rui Manuel Pereira da Silva, Rui Sérgio Gomes Azevedo, Sandra Cristina Ferreira Simões, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Sebastião Lemos Ferreira, Susana Patrícia dos Santos Araújo,

Cópia

Tânia Cristina Macedo Ferreira, Tânia Isabel Vilaça Lopes, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo da Silva Dias, Tomé Francisco Lopes de Faria, Vítor António Martins Ferreira.----------

---------Faltaram os seguintes membros:----------

---------Casimiro da Silva Rodrigues, Clara Magda Ribeiro Barbosa, Hélder Duarte Grácio Tomé, Hernâni Vítor Ferreira Loureiro, Jorge César Fernandes da Silva, Marcos António Silva.----------

----------INÍCIO DOS TRABALHOS----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Boa noite a todos.----------

---------Declaro aberta a sessão ordinária do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro.----------

---------É conhecida a ordem de trabalhos de hoje, uma ordem de trabalhos longa, provavelmente teremos hoje a primeira reunião desta sessão, e, a continuar, será no sábado a partir das dez de manhã.----------

---------Pedia à senhora deputada, segunda secretária, para ler as substituições para esta sessão.----------

Cópia

SEGUNDA SECRETÁRIA – Guilhermina Guimarães – Pediram substituição os seguintes senhores deputados municipais:----------

---------Maria da Conceição da Costa Araújo;----------

---------Substituto: Sebastião Lemos Ferreira;----------

---------Manuel Vasconcelos Dias;----------

---------Substituto: Domingos Pereira de Araújo;----------

---------José António Maciel Beleza Ferraz;----------

---------Substituta: Marisa Alexandra Silva Pereira;----------

---------Manuel da Cruz Duarte Cardoso;----------

---------Substituto: Adelino Lima da Silva Fernandes;----------

---------Maria José Correia Simões;----------

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------Substituta: Tânia Isabel Vilaça Lopes;----------

---------Ângela Flávia da Silva Sousa;----------

---------Substituto: Marcos António Silva;----------

---------Joaquim Pinto do Vale;----------

---------Substituto: Rui Manuel Pereira da Silva.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora segunda secretária.-----

---------Informava também os senhores deputados que deu entrada nos serviços de apoio a comunicação de renúncia ao mandato do deputado Luís Miguel Gomes Barbosa da Costa Pereira, que foi substituído pelo deputado Tomé Francisco Lopes de Faria.----------

---------Estamos também a proceder a uma eleição, entretanto, quando a urna estiver fechada, anunciaremos os resultados.----------

---------Queria informar os senhores deputados do seguinte:----------

---------A primeira relativamente ao processo de desagregação de freguesias. O processo era para ser hoje votado na Assembleia da República. Ontem à noite, já tardiamente, o presidente da Assembleia teve conhecimento que, relativamente ao processo de Silveiros e Rio Covo Santa Eulália, não havia sido dada resposta por parte aqui dos serviços da Assembleia Municipal, da parte do presidente da Assembleia Municipal. Essa situação veio a preocupar-me, posso dizer que estive até cerca de uma e tal da manhã em conversações, para a Assembleia da República, com o senhor deputado presidente da comissão da desagregação das freguesias. Teve de se proceder a um esclarecimento, hoje mesmo de manhã foi enviado, desde cedo, a nossa documentação que havíamos expedido, os elementos que foram convidados para aperfeiçoamento relativamente a este processo, mandámos toda a documentação. Não sei porquê o processo, que era para ser hoje a votação, talvez por este caso e mais alguns, foi adiado cerca de oito dias. A seguir daquela maneira o processo de Silveiros e Rio Covo Santa

Cópia

Eulália nem sequer seria apreciado precisamente porque não tinha acontecido o aperfeiçoamento. O certo é que os elementos foram enviados hoje de manhã, já foram apreciados pela comissão, já está alterada aquela informação que constava na Assembleia e na comissão que não tinham sido enviados os elementos. Portanto, está aqui o processo reposto, não por culpa aqui da Assembleia Municipal de Barcelos, mas os serviços da Assembleia da República trocaram aqui alguma coisa e tinham uma informação errada. Naturalmente que foi uma situação um pouco desagradável, eu apercebi-me que as respostas de aperfeiçoamento da Junta de Freguesia de Silveiros e Rio Covo Santa Eulália, portanto, enviaram os elementos que eram solicitados, não são na sua plenitude, porque no que diz respeito à conta de gerência não existem esses mesmos elementos, mas eles enviaram o fluxo de caixa e uma série de elementos que poderão levar a ser apreciados e esse processo ser decidido no sentido em que possa ir de encontro à pretensão. Lamento tudo isto, porque efetivamente uma falta de um processo destes o presidente da Assembleia devia ser instado novamente, porque não ter respondido a um pedido da Assembleia da República é uma coisa que não podia acontecer, não aconteceu, e podia ter sido instado novamente.----------

---------Segunda informação:----------

---------Queria informar os senhores deputados relativamente ao processo de votação dos presidentes de junta. É sabido que havia um despacho interpretativo da parte do anterior secretário de Estado relativamente à votação e participação dos senhores presidentes de junta nas Assembleias Municipais. Antes desse despacho, eu próprio, representando esta Assembleia Municipal no seio da ANAM, tive a oportunidade de dizer ao senhor secretário de Estado que não concordava com essa interpretação, que era uma interpretação que não tinha sentido, os presidentes de junta são membros de pleno direito e não devem ter

Cópia

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nenhum impedimento para votar nas Assembleias Municipais. O certo é que esse despacho veio a sair e não era seguido pelas Assembleias Municipais, haviam algumas que o seguiam, mas genericamente não era seguido pelas Assembleias Municipais, uma das Assembleias Municipais que não o seguia era aqui Barcelos, entendimento do presidente, entendimento de todos os grupos municipais aqui presentes, que deviam continuar a votar. Portanto, era algo que tínhamos uma interpretação diferente, estávamos convictos que estávamos no bom caminho, e o certo é que a própria Procuradoria-Geral da República veio dar razão e veio afirmar que os presidentes de junta podem votar. E é isso que estamos hoje aqui como membros de pleno direito assumido, determinado por um parecer da Procuradoria-Geral da República.----------

---------Relativamente a outro processo que gostaria também de dar informação é o seguinte:----------

---------Suscitaram-se dúvidas, meses atrás, sobre a constituição do Grupo Municipal do BTF. Em função disso, em função dessas dúvidas, e nós somos uma Assembleia Municipal que queremos que cumpra todos os preceitos legais, em função dessas dúvidas o presidente da Assembleia entendeu colher um parecer da DGAL relativamente a isto: se podia haver a existência do Grupo Municipal do BTF. Obviamente que o presidente da Assembleia tinha noção sobre isto, a existência do Grupo Municipal do BTF nunca foi preocupação de nenhum dos deputados desta casa, de nenhum grupo municipal, vimos sempre isto de uma forma pacífica aqui, portanto, houve uma aceitação de todos os deputados que aqui estão, e foi assim que trabalhámos e estivemos a trabalhar até agora. Havendo dúvidas, pretendeu o presidente da Assembleia esclarecê-las. Pediu o parecer à DGAL, o parecer segue para a CCDRN, e veio um parecer que diz efetivamente que não pode existir o Grupo Municipal do BTF, diz que não é lícita a existência do Grupo Municipal do BTF. E porquê? Por causa de uma alínea, que

Cópia

é precisamente o número um do artigo quarenta e seis-B da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, diz precisamente que no caso de coligações, quando as coligações vêm para as Assembleias Municipais, os grupos municipais constituem-se em torno dos partidos que estiveram nessa mesma coligação. Aqui os partidos que constituíram esta mesma coligação foram o PSD e o CDS e, portanto, todos os deputados ou apareciam indicados pelo PSD ou indicados pelo CDS. É isso que está determinado na lista. Eu mandei uma série de documentos para todos os deputados municipais, que está na lista do tribunal, e, portanto, não pode existir outro grupo municipal. Não podia, por exemplo, existir um Grupo Municipal do PSD, um Grupo Municipal do CDS e um grupo municipal da coligação, porque isso era viciar um pouco as regras do jogo relativamente ao processo das coligações. Pediu-se então o parecer, veio dizer que não era lícita a existência do Grupo Municipal do BTF, e seguidamente, conforme eu tinha anunciado publicamente, e sempre fizemos isso, este debate e esta troca de impressões, foi entendimento de todos os partidos e do presidente da Assembleia nunca trazer o assunto aqui à Assembleia até que isto ficasse clarificado, não tomámos posição, nenhum partido tomou posição, proferi um despacho em que disse que era intenção de não considerar ou desconsiderar a comunicação do Grupo Municipal do BTF. É uma decisão fundada na interpretação da lei, é uma decisão que está estribada também em parecer jurídico da CCDR. Há esse despacho primeiro do presidente, notifico todos os elementos constantes desse grupo municipal para se pronunciarem e dizerem algo sobre esta matéria, no fundo para se defenderem. O prazo, como todos os senhores deputados sabem, são dez dias para se pronunciarem sobre estas situações. Era importante para o presidente da Assembleia, que tinha, de um lado da sua decisão, o parecer da CCDRN, ter agora, do outro lado, uma defesa com outros pareceres, outras fundamentações jurídicas, para eventualmente

Cópia

apreciar. O BTF o que veio dizer não acrescentou muito, na minha interpretação, sobre isso, não me veio dar uma justificação sólida contrária ao parecer da CCDRN, e, portanto, em suma, eu mantive a decisão que tinha anunciado e proferi um despacho final relativamente a isto, que veio considerar ineficaz a informação ou a comunicação do BTF relativamente à sua existência. Fiz isto com toda a lisura, com toda a lealdade, em todos os aspetos, segui o parecer da CCDR.----------Não segui o parecer da CCDR, o presidente não segue, no que respeita às senhas de presença. E não segue no que diz respeito às senhas de presença auferidas em sede de comissão porque entendo que o parecer da CCDR, por exemplo, é muito parcimonioso, isto é, é curto. Escreve várias páginas sobre a primeira parte da possibilidade da existência do Grupo Municipal do BTF e sobre a devolução das senhas de presença escreve três ou quatro linhas e essas três ou quatro linhas rebatias logo no primeiro despacho e rebati agora também. Porque o BTF, sobre isto, não acrescentou argumentos mais sólidos para o presidente da Assembleia ir junto da CCDR contestar isto, não vieram argumentos sólidos. Aliás, veio um argumento que até nem devia vir no meu entender, dizer que as comissões nem deviam existir e todos os outros elementos das outras comissões deviam repor as senhas de presença. Portanto, é um argumento que nem é por aí, não é por este caminho. Então o presidente da Assembleia está junto da CCDR a pedir novamente um aprofundamento do parecer, indicando razões que podem levar a que as senhas de presença não possam ter de ser repostas, nomeadamente fundando-se num parecer do professor Faria Costa, foi Provedor de Justiça deste país, um distinto professor de Coimbra de direito penal, quem está aqui de direito sabe quem é o professor Faria Costa, que sustenta aqui um certo paralelismo entre o exercício de funções públicas e o exercício de funções de deputados municipais.----------

----------Portanto, era com esta lisura que queria trazer hoje, pela primeira vez falo

Cópia

sobre este assunto, trazer isto à Assembleia. E queria dizer uma coisa muito simples, o presidente da Assembleia não é parte neste processo. O presidente da Assembleia está aqui para interpretar a lei, o regimento, a Constituição da República, e fazer seguir esses procedimentos dessa forma. Se agora vier em sede judicial, noutros patamares, se vierem amanhã dizer que o presidente da Assembleia esteve errado, não tem fundamento e tomar outra decisão, cá estará o presidente da Assembleia para aceitar essas mesmas decisões. Podíamos ter aqui outro caminho, entenderam fazer um caminho em sede de impugnações judiciais e não sei que mais, portanto, queria dizer tranquilo. Penso que eu, presidente da Assembleia, e penso que todos os grupos municipais, foi esse espírito que eu senti na última Comissão Permanente, estamos tranquilos a aguardar quais sejam as decisões sobre isto, estamos certos que estamos no bom caminho. Sobre isto era o que tinha a dizer.----------

---------Portanto, com toda a tranquilidade vamos continuar os nossos trabalhos e, seja numa ou noutra vertente, nesta Assembleia fala toda a gente, cumprindo as regras do regimento. É para isso que me mandataram, cumprir e fazer cumprir as regras do regimento. Ao presidente compete dirigir os trabalhos da Assembleia, exigem isso, e é isso que eu tenho de fazer, foi para isso que me mandataram.----------

---------Queria informar também todos os presentes que, relativamente então a este processo ainda do BTF, na sequência do despacho que proferi, deu entrada um requerimento do deputado do BTF, pedia ao primeiro secretário para o ler, faça o favor.----------

PRIMEIRO SECRETÁRIO – Augusto Dias – "*Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Dr. Fernando Pereira.*----------

---------*Eu, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Presidente da Junta de Freguesia de Manhente, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência Senhor Presidente da*

Cópia

Assembleia Municipal, dado a informalidade do Grupo Municipal do BTF, a minha pretensão é passar para a qualidade de Independente, na Assembleia Municipal.-

---------Muito obrigado.----------

---------Cumprimentos,----------

---------Ricardo Vilas Boas".----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Portanto, o requerimento do Ricardo Vilas Boas, passou à condição de independente.----------

---------Tem mais um requerimento, pedia ao senhor primeiro secretário para ler, faz favor.----------

PRIMEIRO SECRETÁRIO – Augusto Dias – «*Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Dr. Fernando Santos Pereira.*----------

---------Assunto: Comunicação do exercício como "independentes" na sessão de doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro.----------

---------Os membros abaixo indicados eleitos na lista à Assembleia Municipal de Barcelos da Coligação "Barcelos Mais Futuro" na condição de "independentes" comunicaram a Vossa Excelência a constituição do grupo municipal "Movimento Independente BTF – Barcelos, Terra de Futuro" a vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e um, nos termos do disposto no artigo quarenta e seis-B, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, e do artigo vinte e três do Regimento da Assembleia Municipal de Barcelos.----------

---------Porém, sucede que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Barcelos, Dr. Fernando Santos Pereira, emitiu a Decisão/Despacho definitiva/o sobre a regularidade/legalidade da Participação/Constituição do Grupo Municipal do BTF com data de quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, na qual Vossa Excelência refere que "procederá à desconsideração, para todos os efeitos, da comunicação da formação do Grupo Municipal do Movimento Independente Barcelos Terra de Futuro – BTF, atendendo à ineficácia jurídica".

Cópia

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ora, tal facto, levou a que os membros desta Assembleia signatários do presente requerimento submetessem hoje, dia doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Tribunal Administrativo de Braga, uma providência cautelar que visa a suspensão da eficácia da decisão supra identificada.----------

---------Pelo exposto, e por cautela, os vinte e dois elementos do Grupo Municipal "BTF – Barcelos, Terra de Futuro" vêm pelo presente comunicar a Vossa Excelência o exercício/condição de "independente" na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Barcelos de doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Não obstante o presente ato, que os signatários consideram provisório, não podem deixar de assinalar os prejuízos irreparáveis na sua esfera jurídica que esta sessão causará, mormente nos seus direitos e interesses de participação.----------

---------Respeitosos cumprimentos.----------

---------Barcelos, doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro.----------

---------Os signatários,----------

---------Membros eleitos diretamente para o órgão:----------

---------Augusto Fonseca Silva Dias;----------

---------Sara Cristina Rebelo Magalhães;----------

---------Teresa Maria Dias Ferreira Campos;----------

---------José Brito Faria;----------

---------Maria Elisabete Barreto da Silva;----------

---------Paulo Jorge Gonçalves Esteves;----------

---------João Longras Maciel;----------

---------Tiago Augusto Diogo Silva Dias;----------

---------João Paulo da Silva Ferreira;----------

---------Tomé Francisco Lopes de Faria;----------

---------Patrícia Sofia Pereira Vilas Boas.----------

---------Membros eleitos enquanto Presidentes de Junta:----------

Cópia

---------*David José Falcão Torres (Abade de Neiva);*----------

---------*Manuel Jorge Macedo Esteves (Areias);*----------

---------*Maria Teresa Carvalho Martins Esteves (Cossourado);*----------

---------*Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas (Manhente);*----------

---------*José Luís Pereira Dias (Moure);*----------

---------*Isaías da Silva Macedo Gomes (Oliveira);*----------

---------*José da Costa Monteiro (Remelhe);*----------

---------*Paula Maria Barbosa Lopes (Alheira e Igreja Nova);*----------

---------*Miguel Ângelo Silva Pereira (Milhazes, Vilar de Figos e Faria);*----------

---------*José Carlos Magalhães Vilas Boas (Silva)*».----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Eu sobre este requerimento queria dizer o seguinte:----------

---------Para efeitos de constituição dos grupos municipais não há atos provisórios, nem para uma sessão. Isto é, os deputados não podem vir declarar-se aqui provisoriamente são independentes ou para esta sessão são independentes, que para a outra já o deixam de ser. E pedia para lerem o número quatro do artigo vinte e três que diz o seguinte: "*Os membros que não integrem qualquer grupo municipal comunicam expressamente o facto ao presidente da Assembleia Municipal e exercem o mandato como independentes*". Portanto, não é uma comunicação apenas para uma Assembleia, mas para o mandato. Assim sendo, eu terei de considerar esta comunicação como definitiva, a menos que os signatários a revoguem, e se a revogarem vou ao processo judicial, em que diz no processo judicial, à frente de cada deputado municipal, por exemplo, aqui o senhor deputado, primeiro secretário, Augusto Fonseca Silva Dias, indicado pelo PPD/PSD. Portanto, eu vou considerar esta comunicação como definitiva para o mandato, porque não tenho outra possibilidade. Como eu disse, ao presidente da Assembleia compete dirigir os trabalhos desta Assembleia e isto exige saber

Cópia

quem são os grupos municipais e quem são os independentes. É desta forma que nós conseguimos ter ordem, que muita gente se espanta no país com uma Assembleia com cento e vinte e três deputados municipais como é que conseguimos fazer isto. Aliás, é uma Assembleia Municipal de referência. Portanto, vou considerar como definitiva esta comunicação.----------

---------Tem a palavra a senhora deputada Sara Magalhães, para fazer um recurso para o plenário.----------

---------Pedia que clarifique para que é que está a usar da palavra.----------

DEPUTADA INDEPENDENTE – Sara Magalhães – Muito boa noite.----------

---------Começo por cumprimentar o Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros da Assembleia Municipal, Caríssimo Público, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------Por um único motivo, é que os candidatos de grupos independentes são também independentes nesta sessão mas não comunicaram ao senhor presidente e no momento das votações considera-os como independentes e eles também não integram nenhum grupo municipal. Portanto, devemos considerá-los como não inscritos, há aqui uma distinção entre não inscritos e deputados independentes.----------

---------Esta é uma comunicação que nós fizemos, que visa esta sessão, porque acreditamos e defendemos que a providência cautelar produzirá efeitos.----------

---------De todas as formas, é meramente por cautela e na verdade colocamos à consideração do plenário, é um direito previsto no artigo décimo oitavo...---------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – O que é que quer colocar à consideração do plenário, que eu não percebi, senhora deputada?----------

DEPUTADA INDEPENDENTE – Sara Magalhães – A consideração nesta sessão dos nossos votos como independentes. Ao abrigo do regimento como independentes

Cópia

e não do Grupo Municipal do PSD. É uma posição que eu tenho ao abrigo do artigo décimo oitavo, que eu gostaria de fazer alusão. Ponho à consideração do senhor presidente, obviamente.----------

---------Disse.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Ó senhora deputada, eu aceitei a comunicação, não percebi para que é o recurso, pode recorrer para o que quiser. Agora, eu aceitei a comunicação e aceitando a comunicação a minha conclusão sobre isto eu tenho que fazer cumprir o regimento, li o artigo vinte e três e que não veio rebater. Vou ler novamente: "*Grupos Municipais. Número quatro – Os membros que não integrem qualquer grupo municipal…*", é o que temos, não sei se temos ainda, porque estão eleitos indicados pelo PPD/PSD, mas comunicaram-me que são independentes, portanto, aceito, "*…comunicam expressamente o facto ao presidente da Assembleia Municipal e exercem o mandato como independentes*". Não exercem agora como independentes nesta sessão, daqui a quinze dias já deixam de ser independentes. Ó senhora deputada, a minha decisão é essa. Das duas, uma: ou revogam isto ou ficam integrados no Grupo Municipal do PSD. Têm de decidir. Como eu disse, tenho de coordenar os trabalhos desta forma.----------

---------Relativamente aos senhores deputados presidentes de junta eles já foram eleitos como independentes, era o que faltava agora vir questionar a independência dos deputados presidentes de junta.----------

---------Portanto, é assim que eu vou considerar, vou considerar esta comunicação para valer para o mandato, para o tempo que falta.----------

---------Vamos avançar, alguém se opõe?----------

---------Mas pede a interrupção dos trabalhos para quê? Tem de fundamentar, por favor.----------

DEPUTADO INDEPENDENTE – Luís Pereira – Boa noite a todos.----------

---------Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor

Cópia

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------Penso que o senhor presidente percebeu perfeitamente quando nos referimos à situação provisória. Nós consideramos provisória porque interpusemos hoje uma providência cautelar, sem prejuízo, como o senhor presidente disse, obviamente se ela não gerar uma decisão favorável para nós...-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, pediu a interrupção dos trabalhos para quê? Quer a interrupção dos trabalhos, está a fazer uma intervenção agora de cariz político. Quer a interrupção dos trabalhos para quê?-

DEPUTADO INDEPENDENTE – Luís Pereira – Eu pedi para interromper porque o senhor presidente estava a avançar e eu queria fazer esta declaração.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Então quer interromper os trabalhos? Então eu vou interromper. Mas com que fundamento? O que é que pretende fazer com a interrupção dos trabalhos? Quer falar com alguém? É isso? Interromper os trabalhos significa que os grupos querem falar, os deputados querem falar uns com os outros, tem de haver uma razão para eu interromper os trabalhos. Por isso é que eu lhe pedia...----------

DEPUTADO INDEPENDENTE – Luís Pereira – Era só para fazer esta declaração.---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Era para fazer essa declaração de interrupção? Mas já fez a declaração? Então não precisei de interromper os trabalhos, está feita.----------

---------Eu queria dizer também que os deputados do BTF ficam considerados, porque não tive manifestações em contrário, como independentes para o resto do mandato. Estão num direito que lhes assiste, podem os senhores deputados ausentar-se, podiam fazer a interrupção dos trabalhos, podiam fazer o que pretenderam, mas não foi para isso que usaram dessa figura.----------

---------Queria dizer também o seguinte:----------

Cópia

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------Eu não conheço providências cautelares de boca. Providências cautelares de boca para o presidente da Assembleia e para esta Assembleia é quando o presidente for citado. Até agora não foi citado, não recebeu e não basta meter uma providência cautelar. Ela vai ser apreciada, se assim acontecer, liminarmente, o juiz vê, vê que tem identidade para prosseguir, se tem, cita o presidente da Assembleia, cita esta Assembleia para se pronunciar.----------

---------E volto a dizer aquilo que afirmei: este processo é um processo que decorre da violação do número um do artigo quarenta e seis-B, que é claro relativamente à constituição dos grupos municipais. O presidente tomou esta decisão baseada na sua interpretação da lei, baseada no parecer da CCDR, o Grupo Municipal do BTF anunciou que vai meter uma providência cautelar, se o presidente for citado o presidente vai acatar essa mesma decisão, vai acatar a decisão do juiz, vamos ter aqui novamente o Grupo Municipal do BTF, porque ficará dessa forma constituído.----------

Cópia

---------Senhoras e senhores deputados, vamos continuar os nossos trabalhos, vamos entrar no período de antes da ordem do dia.----------

---------(Interrupção dos trabalhos, durante cinco minutos, por proposta do Grupo Municipal do CDS)----------

---------Retoma-se então os trabalhos, queria só clarificar o seguinte:----------

---------Ao que me foi dito, os deputados do antigo Grupo Municipal do BTF não terão entendido o que eu disse. O que eu disse aqui foi muito claro, disse que tomei esta decisão de acordo com a lei, de acordo com o regimento, sustentado em pareceres, isso tudo, fundamentei essa mesma decisão. E disse também que eu não era parte neste processo. E lamento que estejam a considerar o presidente da Assembleia parte neste processo. Não sou parte neste processo. E disse também que se a decisão amanhã da providência cautelar ou da impugnação judicial vier dar razão, vier dizer que a interpretação ou o despacho

do presidente está mal, vier repor outra vez a situação, eu aceitarei isso com toda a tranquilidade. Ouviram todos os senhores deputados, os grupos municipais que vieram aqui acima não tiveram dúvidas, o BTF ficou um pouco nesta dúvida, isto é, se a providência cautelar for aceite que continuariam na mesma como independentes. Não. Vem repor exatamente a situação que existia antes do despacho do presidente da Assembleia Municipal. Eu tenho que explicar isto juridicamente bem devagarinho, devagarinho, às vezes. Mas, pronto, vem repor a situação. Portanto, é este o entendimento e é com este entendimento que vamos trabalhar. Os antigos deputados, não sei como caracterizar bem agora nem quero caracterizar, os deputados independentes que estão aqui por força deste requerimento, e considerarei assim, e que deixarão de ser independentes se a providência cautelar for aceite, se depois em sede de processo judicial também obtiver vencimento, aliás, quem é aqui jurista sabe, que se a providência cautelar for aceite repõe-se a situação, até haver, passado um mês, a interposição da ação no TAF de Braga, depois demora aquele tempo, portanto, o que vai vigorar aqui é a providência cautelar. E se ela vier e repuser a situação eu, os deputados municipais, os grupos municipais aqui presentes aceitam e respeitam a decisão do tribunal, aqui não é uma decisão, mas a citação do juiz.----------

---------Vamos então continuar os nossos trabalhos, penso que está tudo esclarecido. Portanto, não há aqui nenhuma limitação de direitos de intervenção de qualquer deputado e muito menos dos deputados signatários deste mesmo requerimento. Para que conste, fica aqui isso mesmo.----------

---------Vamos então entrar agora na ordem de trabalhos, período de antes da ordem do dia.----------

---------A primeira intervenção é do senhor deputado Carlos Brito, do Partido Socialista.----------

DEPUTADO DO PS – Carlos Brito – Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhora e

Cópia

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados, Caros Barcelenses aqui presentes e via *Web*.----------

---------É com preocupação que me dirijo a esta casa para abordar a paralisia do processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Barcelos, um problema que compromete não apenas o presente, mas também o futuro do nosso concelho.----------

---------Contrariamente ao que o executivo tem vindo a apregoar, a realidade mostra que estamos longe de alcançar os objetivos de uma gestão territorial eficaz, justa e transparente.----------

---------De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, as entidades responsáveis pela gestão territorial devem avaliar continuamente os seus programas e planos. Ao nível municipal isso implica a elaboração de um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) a cada quatro anos.----------

Cópia

---------No *site* do município, no menu "Processo de Revisão do PDM", diz:---------

---------"*Na sequência de deliberação da Câmara Municipal de Barcelos, de doze de julho de dois mil e dezanove* – repito, dois mil e dezanove – *de iniciar o processo de revisão do Plano Diretor Municipal, vai decorrer entre o dia sete e vinte e cinco de outubro de dois mil e dezanove o período de participação pública prévio…*".---

---------O que sabemos é que foram feitas reuniões com os senhores presidentes de junta sobre o PDM… logo no início deste mandato… mas o que é que aconteceu? Nada!----------

---------Os barcelenses continuam, ansiosamente e desesperadamente, à espera de novidades!----------

---------O PDM é um instrumento essencial para o planeamento do nosso território e para o desenvolvimento sustentável. No entanto, o atraso na sua

revisão tem causado um impacto direto e negativo na vida das pessoas. O que deveria ser uma solução tornou-se uma fonte de problemas. Os serviços de planeamento e gestão urbanística, mas sobretudo este executivo, longe de resolverem as questões dos nossos residentes e investidores, têm criado novos entraves.----------

---------O impacto desta inércia é devastador. A falta de um PDM atualizado impede a expansão ordenada das áreas urbanas, trava projetos e sonhos de uma vida, como ter uma habitação própria, e afasta investidores.----------

---------Os barcelenses quando se dirigem à "Casa do Rio" enfrentam processos longos e desgastantes. Os técnicos, contratados pelos barcelenses, e profissionais da nossa praça também desesperam e não têm soluções... e queixam-se "à boca pequena": "não há quem mande, não há quem decida, este serviço nunca funcionou tão mal, etc., etc.".----------

Cópia

---------Empresários interessados em desenvolver negócios são empurrados para uma teia burocrática que sufoca o empreendedorismo e impede a criação de postos de trabalho e a modernização das nossas indústrias.----------

---------Eu pergunto:----------

---------Onde está a "Agência de Desenvolvimento Económico" e as suas funções de "ligação ao tecido empresarial?----------

---------Onde e como um cidadão se pode dirigir ou contactar o prometido "Balcão do Investidor"? Pois, não existe!!!----------

---------Mas sejamos claros, o problema não está nos funcionários da autarquia. Estes são os verdadeiros heróis desta tragédia administrativa, obrigados a dar a cara perante os munícipes, sem a necessária cobertura política, sem incentivos e sem uma cultura de organização que promova o sentido de serviço público de excelência. A gestão política falhou redondamente ao não dotar os serviços de meios adequados e de uma visão estratégica clara. Este executivo não executa

este tipo de ação política, provavelmente faz outro tipo de política ou preocupa-se com outras coisas.----------

---------Sabemos que a missão de gerir um município é difícil. Mas o que vemos hoje em Barcelos é a evidência de que esta missão está muito além da capacidade desta coligação (PSD/CDS/BTF), que se mostra esgotada e incapaz de responder aos desafios do presente e às oportunidades do futuro.----------

---------Não existe uma gestão transparente, eficiente e orientada para resultados.----------

---------Não permitiremos que Barcelos continue a ser vítima da incompetência e da falta de visão política.----------

---------Defendemos uma administração que sirva as pessoas, resolvendo problemas em vez de os criar.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do PSD.----------

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias, Comunicação Social, Caro Púbico aqui presente e todos aqueles que nos seguem via *Web*.----------

---------A inscrição de uma verba significativa no orçamento de Estado de dois mil e vinte e cinco destinada à construção do novo Hospital de Barcelos vai de encontro a um dos maiores e mais antigos e legítimos anseios dos barcelenses, pondo fim a longos anos de espera e merecendo assim o nosso voto de congratulação.----------

---------Falamos da construção prevista de uma nova unidade hospitalar, equipada

Cópia

com tecnologia de ponta para melhor servir as populações e atrair bons profissionais, num projeto a pensar no futuro, criando as melhores condições para os profissionais da saúde, no sentido de prestarem um melhor serviço aos utentes.----------

---------Falamos num projeto com um investimento global previsto de cerca de duzentos milhões de euros e em que, para dois mil e vinte e cinco, o orçamento de Estado tem já inscrito mais de catorze milhões de euros.----------

---------Falamos do quinto maior investimento previsto na área da saúde a nível nacional em dois mil e vinte e cinco e no maior investimento previsto na área da saúde para o distrito de Braga nesse mesmo ano.----------

---------Um projeto que visa permitir aos barcelenses virem a ter acesso a cuidados de saúde condignos e equiparados ao que de melhor se pratica em outros territórios.----------

Cópia

---------É verdade que a nível local todos os partidos e forças políticas foram importantes no trabalho desenvolvido nestes longos anos de espera. Mas também não é menos verdade que foi num governo com o PSD e numa gestão autárquica onde o PSD se encontra que foram reunidas todas as condições para que esta longa espera tenha terminado e a construção do novo Hospital de Barcelos passe de miragem a realidade.----------

---------Um governo que não se limitou a prometer em sucessivas campanhas eleitorais a construção do novo Hospital de Barcelos para sempre o adiar e deixar para os últimos dias de governação, já em jeito de despedida, um despacho do ministro a aprovar o perfil assistencial do hospital, como fez o governo do Partido Socialista, que nunca teve verdadeiramente vontade política de construir o novo Hospital de Barcelos.----------

---------Mas também um executivo municipal que não andou com avanços e recuos em matéria de localização do novo hospital e da aquisição dos terrenos,

contrariamente ao que fez a gestão autárquica do Partido Socialista. Um executivo municipal que teve uma estratégia e uma linha de rumo e que, desde a primeira hora, se preocupou em criar todas as condições para que a construção do novo Hospital de Barcelos possa hoje ser encarada como uma verdadeira realidade. O orçamento municipal de dois mil e vinte e cinco, que hoje votaremos, é mais um passo que o executivo municipal dá na criação dessas condições.----------Uma palavra para o trabalho desenvolvido pelo deputado barcelense na Assembleia da República, Dr. Carlos Reis, pela forma como colocou a premência da construção do novo Hospital de Barcelos sempre na agenda da discussão das temáticas na área da saúde. A sua persistência e resiliência, não se preocupando com o seu lugar de deputado, mas sim com o que é melhor para Barcelos, foram importantes para este desfecho.----------

Cópia

----------Permitam-me ainda que destaque a forma como Barcelos está a viver mais uma quadra natalícia. Para além da belíssima iluminação de Natal, ligada há cerca de um mês de antecedência do dia de Natal, temos uma vasta e diversificada programação para a quadra natalícia, que o Município de Barcelos preparou para oferecer aos barcelenses e a todos aqueles que nos visitam nesta época. Certamente o comércio local agradece este forte e importante incentivo à sua promoção e dinamização realizado por parte do município. A iluminação de Natal de Barcelos já se está a tornar uma referência a nível nacional, em contraponto com o que aconteceu em outros mandatos, num passado ainda recente, em que uma modesta iluminação foi ligada apenas a cerca de uma semana do dia de Natal.----------

----------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

----------Tem a palavra o senhor deputado António Jardim, do Chega.----------

DEPUTADO DO CH – António Jardim – Senhor Presidente da Assembleia

Municipal, Senhores Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Comunicação Social e aqueles que nos acompanham também via *Web*.----------

---------Desde o início do mandato deste executivo municipal e pela voz do senhor presidente ouvimos reclamações e acusações pela falta de seriedade do executivo anterior, o qual mereceu da nossa parte total concordância.----------

---------O senhor presidente usou várias vezes da palavra nesta Assembleia para se vangloriar da resolução dos diferendos que alguns funcionários tinham para com o município e que os mesmos foram causados pelo anterior executivo, apontando para uma perseguição que existia para com alguns funcionários.-------

---------Houve mesmo acordo para compensar alguns desses funcionários e uma vez mais concordamos com o executivo, porque entendemos que com esse assumir de responsabilidade minimizou os danos para com esses mesmos funcionários.----------

Cópia

---------Pois bem, senhoras e senhores deputados, em dois mil e vinte e quatro e no momento em que este executivo já tem três anos de trabalho cumprido, lamento informar mas temos de lhe atribuir nota negativa neste campo.----------

---------Os funcionários municipais estão hoje sujeitos a um enorme *stress* laboral e infelizmente não estão protegidos nem apoiados pelo executivo.----------

---------Perante algumas atitudes incongruentes da senhora diretora do Departamento de Administração Geral, o Grupo Municipal do Partido Chega considera não haverem condições para a senhora diretora continuar a exercer as funções que ocupa e responsabilizamos a mesma pelos seguintes atos:----------

---------Nunca em momento algum houveram tantos processos disciplinares pendentes sobre os funcionários do município;----------

---------Estamos perante um saque onde todos os motivos são válidos para um processo disciplinar aos funcionários do município e deste modo aplicar coimas

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

completamente absurdas;----------

---------Existem processos disciplinares com despedimento de funcionários do município;----------

---------Segundo informação obtida por terceiros, suspeita-se que não é dada a oportunidade de defesa aos funcionários nos parâmetros que a lei prevê com diversas ilegalidades que recuso expor dada a gravidade.----------

---------Lamento dizer, mas estes pressupostos, a serem verdade, terão de ter consequências.----------

---------Estamos em época natalícia que é tradicionalmente o momento das crianças e como tal vou falar de educação e mais concretamente de uma escola que conheço muito bem.----------

---------A escola básica da Pousa foi alvo de obras de requalificação muito recentemente e os alunos que a frequentam estão satisfeitos com as condições das salas de aula.----------

---------Este será, no entanto, um Natal amargo para estas crianças, ou seja, vou-lhes falar de um menino, utilizando um nome fictício, "João".----------

---------O João é um menino que gosta de jogar futebol e há pouco mais de vinte e quatro horas teve um acidente no campo de futebol da escola quando jogava com os amigos, como resultado o João ficou com lesões na face que podem deixar marcas permanentes. Mas tudo isto poderia ser evitado, pois estamos perante uma escola onde foram investidos mais de dois milhões de euros.----------

---------Dois milhões de euros e o João sofreu uma queda no campo de futebol onde todo este dinheiro não chegou para substituir o piso de alcatrão existente, é verdade, o parque desportivo mantém o piso em alcatrão.----------

---------Será escusado dizer que se a substituição deste piso estivesse contemplada nas obras de requalificação o João hoje não estaria maltratado, a sua família não estaria frustrada e desiludida e a comunidade escolar teria um

Cópia

Natal muito mais feliz.----------

---------Mas esta escola não se fica por aqui, no início do ano letivo dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro, junto da senhora vereadora, fiz questão de explanar as falhas encontradas na escola, não existe um espaço onde as crianças sejam acolhidas antes e após o horário letivo, pois são literalmente largadas nos corredores da escola, não restando outra alternativa que não seja estarem dispersas pelo corredor com limitações na prática de atividades e quase sempre sentadas no chão. Neste momento não basta dizer que a culpa é do anterior executivo, são necessárias soluções para este e outros problemas que de um modo generalizado vão surgindo nas escolas do nosso concelho.----------

---------Tendo em conta o orçamento para dois mil e vinte e cinco, talvez faça sentido que seja tido em conta estas variáveis nas futuras obras de requalificação de edifícios escolares.----------

---------Senhoras e senhores deputados, relativamente à questão da alimentação nas escolas do concelho, aqui trazida pelo Chega, devo acrescentar que temos conhecimento de algum retrocesso face às melhorias assinaladas anteriormente.-

---------Termino dizendo que infelizmente e apesar das inúmeras tentativas de contactar o gabinete da educação ao longo das últimas semanas, não foi possível transmitir estas nossas preocupações a quem de direito e assim sendo tivemos de o fazer aqui no local onde deveríamos ocupar o tempo a discutir temas mais abrangentes para a população barcelense.----------

---------Obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos.----------

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, restante Vereação, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus

Cópia

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhores.----------

---------A moção que o TB traz hoje aqui à discussão pode parecer extemporânea, mas entendemos que não é. E não é porque estamos no ano do cinquentenário da Revolução dos Cravos e nunca é de mais relembrar abril. E depois faz precisamente hoje, no dia doze, quarenta e oito anos que se realizaram as primeiras eleições autárquicas livres.----------

---------A Revolução dos Cravos, ocorrida em abril de setenta e quatro, representa um dos momentos mais marcantes da história de Portugal. Foi o fim de quase meio século de ditadura, trazendo ao país a liberdade, a democracia e a garantia dos direitos fundamentais. O espírito de abril, simbolizado pelos cravos vermelhos, trouxe a esperança de uma nação mais justa, igualitária e soberana, devolvendo ao povo português o direito de decidir o seu futuro.----------

---------O poder autárquico instituído e consubstanciado nas eleições de doze de dezembro de mil, novecentos e setenta e seis (precisamente há quarenta e oito anos), consolidou-se como uma das grandes conquistas da revolução. A criação das autarquias locais trouxe a democracia para mais perto dos cidadãos, promovendo o desenvolvimento regional e a descentralização do poder. As Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia passaram a desempenhar um papel crucial na gestão dos interesses locais, garantindo uma administração mais eficiente e próxima das necessidades da população.----------

---------Hoje, estando a terminar o ano do cinquentenário do vinte e cinco de abril, e assinalando o quadragésimo oitavo aniversário das eleições autárquicas livres, reafirmamos o nosso compromisso com os valores de abril: a defesa intransigente da liberdade, da justiça social, da igualdade e da participação ativa de todos os cidadãos na construção de um país cada vez mais democrático e inclusivo.--------

---------O Todos Barcelos propõe assim que esta moção seja aprovada em homenagem aos cinquenta anos de liberdade, e aos quarenta e oito anos de

Cópia

eleições autárquicas, e que seja também utilizado como testemunho vivo da importância de recordar e celebrar este legado, temos de homenagear os Capitães de Abril, os resistentes antifascistas, e todos aqueles que, de forma visível ou anónima, deram o seu contributo para a construção de um país mais livre e justo. Temos de saudar também todos os autarcas no ativo e lembrar aqueles que já partiram, todos eles servem e serviram as suas comunidades com dedicação e espírito de serviço público, fortalecendo o poder local e aproximando a democracia de cada cidadão.----------

---------Termino, porque este é o ano do cinquentenário da Revolução dos Cravos, com uma palavra de reconhecimento à Câmara Municipal (extensivo aos grupos municipais e à Comissão Comemorativa dos cinquenta anos do vinte e cinco de Abril), souberam celebrar e honrar este momento histórico, com várias, variadíssimas e interessantes iniciativas. Estas comemorações foram importantes para preservar a memória histórica do vinte e cinco de abril e são essenciais para reforçar os valores de liberdade, justiça e igualdade para futuras gerações.--------

Cópia

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem agora a palavra o senhor deputado do CDS, José Manuel Cardoso.----

DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Digníssimos Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Digníssimo Público.----------

---------O CDS vem por este meio apresentar o *"Voto de Saudação pelo quadragésimo nono Aniversário do vinte e cinco de Novembro de mil, novecentos e setenta e cinco"*.----------

---------"Como o tem vindo a fazer ao longo dos anos, o CDS vem apresentar um voto de saudação pela passagem de mais um aniversário do vinte e cinco de novembro de mil, novecentos e setenta e cinco.----------

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------No ano em que se assinala o quadragésimo nono aniversário do vinte e cinco de novembro, a Assembleia Municipal de Barcelos volta a evocar simbolicamente a importância histórica da vitória do movimento democrático.----------Este ano, finalmente, pela primeira vez foi o vinte e cinco de novembro assinalado numa sessão solene no Parlamento.----------Fazemos votos para que muitas outras possam ser assinaladas aos longos dos anos.----------Comemorar o vinte e cinco de novembro não é comemorar o vinte e cinco de abril.----------As duas datas não são comparáveis, nem devem ser comparadas.----------A data maior do nosso Portugal democrático é o vinte e cinco de abril de mil, novecentos e setenta e quatro, ponto final.----------"*Com o vinte e cinco de abril ganhámos a liberdade, com o vinte e cinco de novembro evitámos que a liberdade fosse perdida*", palavras do líder parlamentar do CDS, na sessão comemorativa do Parlamento.----------A vinte e cinco de novembro de mil, novecentos e setenta e cinco os portugueses colocaram-se do lado da liberdade contra a tentativa de substituir uma ditadura por uma outra de sinal contrário.----------Só a esquerda radical vê no vinte e cinco de novembro um contra vinte e cinco de abril.----------Assim como o vinte e cinco de abril de mil, novecentos e setenta e quatro também o vinte e cinco de novembro de mil, novecentos e setenta e cinco não é propriedade de qualquer força política, não é de esquerda nem de direita, pertence a todos os portugueses.----------Quando muito se fala de populismos e extremismos, maior relevo assumem os acontecimentos históricos que visaram precisamente pôr fim a derivas totalitárias e extremistas.----------

Cópia

---------Importará destacar o papel dos militares, em particular os Generais Ramalho Eanes e Jaime Neves, cuja coragem e determinação foram decisivas para travar o processo revolucionário, e também dos líderes dos partidos democráticos (PS, PSD e CDS) pelo seu compromisso com os valores da liberdade e da democracia.----------

---------Neste ano em que se comemora o centenário do nascimento do Dr. Mário Soares, fica aqui o nosso reconhecimento pelo papel decisivo que teve no vinte e cinco de novembro de mil, novecentos e setenta e cinco e na consolidação da democracia.----------

---------Na obra intitulada "Mário Soares, um Político Assume-se", podem ler-se as seguintes palavras: "*O vinte e cinco de novembro de mil, novecentos e setenta e cinco foi extremamente importante para Portugal. Foi o virar de uma página, que podia ter sido trágica, e a restituição da revolução de abril à sua pureza inicial: a democracia pluralista de tipo ocidental, num Estado de direito, civilista, respeitador dos direitos humanos e com uma dimensão social, marcada pela igualdade de oportunidades. (…) O vinte e cinco de novembro foi uma ação para repor a revolução genuína – e não uma contrarrevolução como disseram os comunistas e os esquerdistas*".----------

Cópia

---------O PS não tem que ter vergonha de evocar e comemorar o vinte e cinco de novembro!----------

---------A Assembleia Municipal de Barcelos assinala a passagem do quadragésimo nono aniversário do vinte e cinco de novembro como um dia histórico que repôs o curso da democratização de Portugal".----------

---------Foi esta a nossa saudação que apresentámos aqui nesta Assembleia.----------

---------Para terminar, dizer que o vinte e cinco de novembro significa para mim, enquanto democrata, uma data muito especial. Porque com o vinte e cinco de novembro podemos ter aqui nesta Assembleia todas as forças políticas a

expressar a sua política quer para o concelho, quer a nível nacional, quer aqui nesta Assembleia, quer em todas as outras Assembleias do país, como na Assembleia da República.----------

---------Certamente que se não fosse o vinte e cinco de novembro hoje poderíamos estar a viver uma situação totalmente diferente, como hoje vemos em muitos países, onde se assiste a uma falsa democracia, onde impera regimes déspotas que por vezes têm um fim trágico quer para os déspotas, mas principalmente para quem são os seus opositores. E basta ver hoje no dia-a-dia como é na Venezuela, como foi agora na Síria, como foi em outros tantos países, como Cuba, onde ninguém pode ter uma expressão diferente do regime.----------

---------Viva a democracia!----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra agora o senhor deputado Miguel Martins, do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.----------

Cópia

DEPUTADO DO BE – Miguel Martins – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias, Comunicação Social aqui presente, Público aqui presente e quem nos segue via *Web*.----------

---------O Bloco de Esquerda traz à sessão de hoje da Assembleia Municipal um voto de saudação ao vinte e cinco de novembro, que infelizmente o CDS acaba por não gostar muito de falar deste vinte e cinco de novembro, mas tem mais importância do que tentar confundir a história, que neste caso é o Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres.----------

---------No passado dia vinte e cinco de novembro assinalou-se mais um Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Uma data muitas

vezes esquecida, mas que é crucial para refletirmos e agirmos coletivamente contra uma das mais graves violações, diria até sistémicas violações dos direitos humanos em Portugal e no mundo.----------

---------Este dia não é apenas um dia para assinalar, mas é também um dia em que há que reconhecer o trabalho de inúmeras associações, organizações e movimentos que trabalham em prol de conseguir uma maior igualdade de género e lutam por uma sociedade livre de violência e discriminação.----------

---------Os dados mais recentes, como já irei apresentar, continuam a ser extremamente alarmantes e exigem uma ação coletiva.----------

---------Portugal continua a deparar-se anos após anos com elevados índices de violência contra as mulheres.----------

---------Senhoras e senhores deputados, façamos um breve exercício que infelizmente é uma realidade, pelo menos para mim, bastante presente que enquanto homem, quando se fala da violência contra as mulheres, acaba-se por se fazer o exercício que é: e se fosse a tua namorada? E se fosse a tua mulher? E se fosse a tua mãe? E se fosse a tua avó? E se fosse a tua irmã? E se fosse só uma mulher que tivesse algum valor para ti? O que é que eu quero com isto dizer? Nós fazemos este exercício direcionado aos homens para os consciencializar que as mulheres são alvo de situações bastante graves e que não deviam acontecer, mas nunca são feitos estes exercícios reconhecendo o papel da mulher. Tem sempre que se fazer uma associação que dê ao homem razão para perceber o que é que se passa. E isto é grave. Porque infelizmente estamos em dois mil e vinte e quatro e desde o início deste ano só em contexto de violência doméstica, em média, mais de duas mulheres são mortas por mês. Até quinze de novembro foram vinte e cinco as mulheres assassinadas. No ano anterior, em dois mil e vinte e três, foram registados um total de trinta mil, trezentos e vinte e três casos de violência doméstica. E nos primeiros três meses de dois mil e vinte e quatro as ocorrências

Cópia

reportadas, ou seja, fora as que não são reportadas à PSP e à GNR, ascendiam já a vinte e três mil e trinta e dois, só em dois mil e vinte e quatro. E engane-se também quem acha que a violência doméstica é apenas agressão física ou sexual. Há também situações de agressões psicológicas cada vez mais comuns e agressões até económicas. E há que reconhecer que pese embora medidas de apoio como o acolhimento de vítimas pela Rede Nacional de Apoio que registou já um total de mil, quatrocentos e dezanove vítimas, mas também a aplicação de mil, cento e trinta e quatro medidas de coação, este problema continua a persistir. E a luta pela eliminação da violência de género não é uma coisa isolada da realidade em que as mulheres estão inseridas. Questões como a igualdade laboral e salarial, o acesso à habitação, educação inclusiva, justiça efetiva para as vítimas, tantas questões que acabam por ser ignoradas.----------

---------Além disso e relacionado com os jovens, digamos assim, cento e três por cento dos jovens em relacionamento são vítimas de alguma forma de violência, sessenta e oito ponto um legitimam comportamentos abusivos.----------

---------No mundo, uma em cada oito mulheres, ou meninas, são vítimas de violação ou abuso sexual, foram vítimas de abuso sexual ou de violação na infância, são trezentas e setenta milhões de mulheres. Cento e vinte milhões dessas vítimas são raparigas com menos de vinte anos que viveram algum tipo de experiência sexual forçada.----------

---------Podia continuar a enumerar dados, infelizmente são muitos. Mas uma coisa é certa: o Município de Barcelos tem de continuar a comprometer-se com a importante tarefa de promover e reforçar todas as políticas públicas de prevenção e apoio às vítimas de violência doméstica, como tem feito, e é uma luta que tem que continuar a travar. E, acima de tudo, enquanto sociedade, enquanto agentes políticos, enquanto órgão que é esta Assembleia Municipal temos que continuar a sensibilizar a sociedade para esta situação e garantir que

Cópia

há tolerância zero para a violência contra todas as meninas e mulheres do nosso país e do mundo.----------

---------Disse.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Última intervenção desta ronda, o senhor deputado Mário Figueiredo, do Grupo Municipal do Partido Comunista Português.----------

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito boa noite.----------

---------Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Meus Senhores e Minhas Senhoras.----------

---------Trago aqui alguns apontamentos que fui tomando nota à medida que estive aqui atento às outras intervenções e no primeiro apontamento podem até considerar que é um avivar de memória ou até uma certa denúncia daquilo que é um ano do novo acordo que foi feito por este executivo com a concessionária, portanto, o novo acordo da água. E para avivar a memória, para saber quem disse o quê, há cerca de um ano, precisamente, o Partido Comunista Português contestava aquela ideia de que a Câmara Municipal de Barcelos resolveu o problema. Ora, a Câmara Municipal de Barcelos não resolveu o problema, simplesmente passou o problema para os barcelenses. Resolveu sim o problema de uma concessionária que tinha um crédito, em forma de indemnização, que era impagável, portanto, não lhe interessava nada executar essa indemnização, tínhamos uma Câmara Municipal de Barcelos que estava debaixo desta indemnização, o acordo permitiu dar músculo a uma concessão e tornar aquilo que era um negócio que foi idealizado há vinte anos agora andar sobre carris e, portanto, a ter os lucros e a garantir os lucros que eles sempre perspetivaram desde a primeira hora e, segundo contas feitas, não pelo Partido Comunista, prevê-se que o lucro no final da concessão será cerca de mil milhões de euros. E

Cópia

eu quero dizer isto porquê? Quando denunciei que quem ia pagar a indemnização iam ser os barcelenses está aí, o aumento da fatura da água, prejudicando famílias, comerciantes, em média, mais de trinta por cento de aumento que os barcelenses têm que suportar agora com a água. Em que o preço do saneamento é uma situação absurda aquilo que se paga pelo tratamento da água. Além do mais é tão absurdo quer no preço, quer na forma como é contabilizado. Porque se nós bebemos um copo de água estamos a pagar a água que consumimos, mas também estamos a pagar o tratamento dessa mesma água. Se nós regamos uma planta estamos a pagar a água que estamos a utilizar e também estamos a pagar o tratamento dessa água que nunca vai ser tratada. Portanto, é este absurdo que os barcelenses têm que suportar e a indemnização está a ser paga muitas vezes pelos barcelenses. Portanto, eu quero contestar aquela ideia que a Câmara Municipal... resolveu sim o problema do executivo. Não resolveu o problema dos barcelenses, antes pelo contrário, quintuplicou a indemnização a pagar, que vai ser paga todos os dias durante trinta anos pelos barcelenses. Era este avivar de memória e esta denúncia que eu não queria deixar de fazer.----------

---------Uma das consequências também deste acordo da água em que este município resolveu dar músculo é a falta de investimento na rede pública. Há muitas freguesias, muitos barcelenses sem acesso à água pública e sem acesso a saneamento, o que vai continuar durante vários anos. A falta de tratamento e de estruturas de tratamento de água que prejudica o nosso Rio Cávado e a poluição que cada vez agrava mais fruto de políticas de prevenção e fruto de políticas de investimento nestes equipamentos, estou a falar muito concretamente na ETAR, embora haja agora, parece, verbas destinadas para este fim.----------

---------E aqui também não quero deixar de falar de um segundo apontamento que é exatamente este: estamos em fase de execução de algumas obras em torno do Rio Cávado, mas não quero deixar de lembrar que o problema fundamental

Cópia

do Rio Cávado é a sua poluição. É o dever deste município, no seio da CIM, também chamando à responsabilidade do próprio governo, de delinear uma estratégia para a despoluição do Rio Cávado e de tomar medidas de prevenção que não prejudiquem cada vez mais o Cávado. Agora há tecnologias que estão ao nosso lado que podem de facto nos ajudar na prevenção do combate contra a poluição do Cávado.----------

---------Para terminar mesmo, dizer que o CDS agarra-se à questão do vinte e cinco de novembro à falta de propostas para a solução do país, muito concretamente até da habitação, dos baixos salários, do poder de compra... habitação, aliás, é um dos principais responsáveis, porque isto disparou para uma forma... esta mercantilização da habitação foi fruto de uma Lei Cristas, conhecida pela Lei dos Despejos. Portanto, agarrem-se a problemas concretos, deixam lá isso do vinte e cinco de novembro.----------

Cópia

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Vamos iniciar a segunda ronda de intervenções, o senhor deputado Nuno Martins, do Grupo Municipal do Partido Socialista.----------

DEPUTADO DO PS – Nuno Martins – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Barcelenses aqui presentes, Comunicação Social e saúdo também todos aqueles que nos seguem *online*.------

---------O Partido Socialista irá votar favoravelmente os votos aqui apresentados. No entanto, gostaria de tecer aqui algumas considerações.----------

---------Relativamente à congratulação do PSD, recordar aqui que já em dois mil e dezanove houve uma inscrição relativa ao Hospital de Barcelos no orçamento do Estado por proposta, aliás, do Bloco de Esquerda. E gostaríamos aqui de recordar, todos nos recordamos qual foi a reação do PSD.----------

---------Mas mais importante ainda seria que o PSD esclarecesse aqui de forma séria, não como fez há pouco, qual o valor que está inscrito no orçamento do Estado para dois mil e vinte e cinco para a construção do Hospital de Barcelos!---

---------A resposta é muito simples: não está inscrita qualquer rubrica para a construção do Hospital de Barcelos neste orçamento para dois mil e vinte e cinco, ao contrário do que sucede, aliás, com os hospitais Central do Alentejo, Lisboa Oriental, Seixal, Sintra, Gaia e Espinho. Portanto, não percebemos este alarido.--

---------Em vez de andar com estas habituais parangonas publicitárias, seria bom que o PSD e o seu presidente se preocupassem em cumprir com as suas obrigações previstas no acordo de cedência para a aquisição dos terrenos, mormente a aprovação do plano de pormenor, ainda não aprovado, ou ainda preocupar-se com os três anos que têm para construir a variante poente e o acesso ao hospital e realizar todas as obras de urbanização e infraestruturas necessárias.----------

Cópia

---------Menos *show off* e mais trabalho é aquilo que os barcelenses esperam de quem os representa.----------

---------Relativamente ao voto do CDS.----------

---------Dizer que o PS não tem vergonha do vinte e cinco de novembro, até porque muitos socialistas, nomeadamente o saudoso Mário Soares, foram fundamentais para essa data!----------

---------O PS não tem vergonha do vinte e cinco de novembro, como não tem vergonha do vinte e cinco de abril, pelo contrário, tem muito orgulho, porque muitos foram os socialistas que estiveram na linha da frente pela liberdade.------

---------E sobre o vinte e cinco de novembro recordar que não foi uma vitória da direita sobre a esquerda, foi uma vitória da esquerda democrática portuguesa.--

---------O vinte e cinco de novembro repôs o espírito e o programa do vinte e cinco de abril, mas também impediu as tentações revanchistas da direita radical, como

alguns parecem saudosistas hoje em dia.----------

---------Portanto, dizer aqui que o Partido Socialista é o partido da liberdade e tem muito orgulho no papel de Mário Soares e vários outros socialistas no vinte e cinco de abril e também no vinte e cinco de novembro!----------

---------Obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem agora a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do Grupo Municipal do PSD.----------

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Muito obrigado, senhor presidente.-

---------Permita-me que, em si, renove os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público.----------

---------Somente para partilhar com vocês a posição do PSD em relação às moções e votos de congratulação e saudação, hoje aqui apresentados.----------

---------Relativamente ao voto de congratulação pela inscrição no orçamento de Estado de dois mil e vinte e cinco do novo Hospital de Barcelos votaremos, naturalmente, a favor por tudo que referi na anterior intervenção.----------

---------Em relação à moção do Todos Barcelos votaremos a favor pois cumprir abril também é apostar na importância do poder local democrático para o desenvolvimento dos territórios. O poder local democrático é mais uma das muitas e grandes conquistas de abril e foi fundamental na recuperação do atraso estrutural que o país apresentava nos inícios da década de setenta. Com exemplos de muitos autarcas que ao longo dos últimos cinquenta anos deixaram uma marca distintiva no desenvolvimento das suas freguesias e no desenvolvimento dos seus concelhos, e aos quais Portugal e os portugueses muito lhes agradece.----------

---------Barcelos é um bom exemplo quer pela quantidade, mas essencialmente pela elevada qualidade dos autarcas que tem e que teve ao longo dos vários anos.

Cópia

Autarcas que contribuíram e autarcas que contribuem diariamente para o desenvolvimento significativo do concelho de Barcelos e até em cada uma das suas freguesias. Autarcas que merecem todo o nosso louvor. Autarcas que merecem todo o nosso agradecimento.----------

---------Quanto ao voto de saudação do CDS votaremos a favor pois é inegável a importância do vinte e cinco de abril para o alcançar de um Portugal moderno, mas sem o vinte e cinco de novembro dificilmente teríamos um Portugal verdadeiramente livre, de paz e democracia, um Portugal europeu e aberto ao mundo, tal como o que, felizmente, hoje somos. Celebrar o vinte e cinco de novembro em nada belisca a enorme importância que o vinte e cinco de abril tem para Portugal.----------

---------Relativamente ao voto de saudação do Bloco de Esquerda votaremos naturalmente a favor pois somos a favor da igualdade de género. Somos contra qualquer tipo de violência e de discriminação.----------

---------O Partido Socialista e o senhor deputado Carlos Brito falar do PDM hoje, quando o Partido Socialista ignorou olimpicamente a revisão do PDM durante vários anos dos seus mandatos é, no mínimo, surreal.----------

---------O PDM devia ter iniciado a sua revisão em dois mil e quinze e terminado em dois mil e vinte, com cinco anos para essa revisão.----------

---------O Partido Socialista deixou o processo de uma forma embrionária, muito atrasado.----------

---------O atual executivo municipal andou a correr contra o tempo e bem sabem ou deveriam saber que a revisão do PDM demora o seu tempo, tem que passar por várias entidades e colher pareceres em várias entidades. E, tanto quanto sabemos, estará para breve a finalização do processo.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

Cópia

---------Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do Grupo Municipal do CDS-PP.----------

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, Senhores Membros desta Assembleia Municipal, Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------O CDS vem aqui fazer algumas considerações em relação às intervenções antecedentes e justificar o seu sentido de voto em relação aos votos de louvor, de congratulação, que foram apresentados.----------

---------Em relação ao voto a favor do nosso voto de saudação do vinte e cinco de novembro por parte do Partido Socialista apraz-nos registar esse voto favorável. É uma grande evolução do Partido Socialista. Isto porquê? Porque em dois mil e vinte e dois o CDS teve a oportunidade de apresentar uma moção aqui nesta Câmara sobre o vinte e cinco de novembro e na altura, eu tenho aqui a ata, sessenta e três votos de abstenção, quarenta e dois foram do Partido Socialista. Não houve um único elemento do Partido Socialista que tivesse votado a favor da proposta sobre o vinte e cinco de novembro do CDS. Portanto, é uma grande evolução e apraz-nos registar essa evolução.----------

---------Em relação ao voto de congratulação do PSD naturalmente iremos votar favoravelmente, é mais um pequeno passo no sentido de tornar realidade um equipamento que é necessário para o concelho de Barcelos e que os barcelenses anseiam e que faz falta para os barcelenses. Portanto, votaremos favoravelmente.----------

---------Em relação à moção do Todos Barcelos, aliás, o próprio senhor deputado o disse, que não considerava extemporâneo na parte dos cinquenta anos da revolução de abril, abril realiza-se todos os dias, portanto, não será extemporâneo, mas confundir a revolução de abril com os quarenta e oito anos

Cópia

de poder autárquico penso que não joga bem, ou seja, estamos a tirar a importância a uma coisa em detrimento de outra e assim sucessivamente. Portanto, seria bom que apresentassem uma coisa só para lhe dar mais destaque, mas votaremos favoravelmente.----------

---------Em relação ao voto de saudação do Bloco de Esquerda, como já aqui o dissemos várias vezes, não temos qualquer preconceito ideológico em votar favoravelmente votos, moções, do Bloco de Esquerda desde que o tema esteja de acordo com a nossa política. E em relação a esse voto de saudação só um pequeno aparte, é que o Bloco de Esquerda faz aqui uma confusão entre violência doméstica e violência sobre as mulheres, aliás, quem leu o texto, e o senhor deputado que me antecedeu confundiu as duas coisas. São coisas distintas. Naturalmente que a violência doméstica maioritariamente é sobre a mulher, mas não necessariamente. Mas nós iremos, como é óbvio, votar favoravelmente.-----

---------Muito obrigado, senhor presidente.----------

Cópia

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda.----------

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.--

---------Cumprimento a sua pessoa, Senhor Secretário, Senhora Secretária da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público que assiste nesta sala e quem nos escuta e acompanha via *Web*, Senhoras e Senhores da Comunicação Social.----------

---------Duas ou três observações sobre algumas questões que foram aqui apresentadas e opção de voto que o Bloco de Esquerda tomará nesta mesma apresentação de votos.----------

---------Começo por falar no voto de congratulação do PSD. Em primeiro lugar, discordância com o próprio nome. Congratular-nos de quê passados tantos anos

de um direito que foi sistematicamente esquecido e sistematicamente não atendido. Porque é que vamos agora fazer uma espécie de grande feito, felicitações, se nós temos décadas de espera por uma infraestrutura que há muito tempo já devia existir, que já devia estar a ser festejada nessa perspetiva. Depois a forma como é apresentada, com regozijo, com alegria, até com citações muito poéticas e interessantes, mas no fundo não diz exatamente o que é que está em causa. Porque o que é que está inscrito como verba? Estão lá catorze milhões. Quando? Nem vocês o dizem quando. Nem vocês o dizem quando. Nós, por exemplo, apresentámos um aditamento na discussão da especialidade exatamente para de certa forma forçar que fosse dito quando era iniciado todo o processo, no primeiro semestre de vinte e cinco. Nem isso foi assumido. Portanto, dá a impressão que estamos já a festejar, quase que a cortar a fita. Não. É um processo, sem dúvida alguma que ao momento tem indicadores que são importantes, e que o são, que nós também consideramos válidos e importantes, mas não estaremos de maneira alguma a festejar no imediato qualquer obra porque ela ainda não nasceu, quisesse o Deus ou não. Mas votaremos favoravelmente porque sempre estivemos deste lado e sempre manifestamos posições, nomeadamente em dois mil e dezoito e dezanove, quando foi o orçamento nós assim na altura fizemos aprovar e viram no que deu de seguida.---------Quanto ao voto, do CDS, de saudação ao vinte e cinco de novembro. Já é habitual, não é novidade nenhuma, e já é habitual nós votarmos contra, por isso não vamos mudar de voto, obviamente. Temos outro vinte e cinco de novembro, temos outra forma de o festejar. E queria dizer uma coisa importante sobre isto. Esta diabolização do período do PREC é um erro, é um erro, e é acima de tudo o abrir portas a que a extrema-direita ganhe campo e terreno para algo de importante fazer, que é anular ou tentar anular o vinte e cinco de abril. Quando se diz o vinte e cinco de abril não é a mesma coisa que o vinte e cinco de

Cópia

novembro, obviamente que não é. Mas a intenção de uma fação cada vez mais extensa da sociedade portuguesa é o salazarismo e a imagem de um passado reacionário a sobrepor-se ao vinte e cinco de abril. E é preciso ter cuidado com isso e normalizar a situação.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Última intervenção do período de antes da ordem do dia, o senhor deputado do Partido Comunista Português.----------

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.----

---------Vou usar da palavra só para me pronunciar sobre o voto que foi apresentado pelo PSD.----------

---------Não há dúvida nenhuma que o Partido Comunista Português valoriza este novo passo que foi dado com esta ideia da necessidade da construção do hospital, até porque é uma bandeira de há muitas épocas da CDU e do Partido Comunista, ainda não tinha havido sequer o acordo entre o governo da altura com o executivo de então, portanto, o Fernando Reis com o José Sócrates. Portanto, já o Partido Comunista reivindicava. Estamos nesta luta e todos os passos que sejam dados nesta direção nós estaremos de acordo e valorizamos. Contudo, não posso deixar de dizer que nada está garantido. E, assim sendo, este voto, como chamam, de congratulação é um perigo, é um perigo porque pode dar a ideia que aquilo que nós desejamos já foi alcançado e a luta não precisa de continuar. Nós achamos é precisamente o contrário. Temos que continuar a dar corda à luta porque o município vai empenhar muito dinheiro num projeto que ainda não está concluído e não se sabe onde é que isto vai dar, porque isto de estar lá no orçamento depressa deixa de estar. E dizer que o que diz no orçamento é o seguinte: "*Em dois mil e vinte e cinco adota as diligências necessárias para assegurar os procedimentos para a construção e equipamentos de quatro infraestruturas hospitalares*". É isto que diz. Mas isto depressa recua, depressa se

Cópia

dá o dito pelo não dito. Portanto, esta congratulação é em si um perigo. Nós temos que continuar a luta e a envolver os barcelenses na exigência da construção do novo hospital porque ele não está garantido. Embora reconhecendo que isto é um passo que o governo deu, que há uma necessidade primária da construção do novo Hospital em Barcelos.----------

---------Dizer que o Partido Comunista Português apresentou primeiro em setembro uma proposta de recomendação para a construção do novo hospital, portanto, inserindo no orçamento de Estado, e depois da votação na generalidade apresentou uma proposta de alteração visando também a inscrição do novo hospital. Portanto, isto para corrigir uma imprecisão em que diz aqui que o deputado Carlos Reis foi o único deputado... está-se a referir sendo o único deputado do PSD, porque é razão para perguntar o que é que os outros deputados eleitos por Braga, inclusive o Hugo Soares, que é o líder da bancada parlamentar, o que é que ele diz sobre esta matéria, quando ele foi eleito prometendo aos barcelenses que ia lutar por ela. Portanto, esta imprecisão que está aqui também merece ser corrigida, porque o Partido Comunista sempre esteve atento a este problema e em várias fases.----------

---------Dizer, para terminar mesmo, que isto de facto é o maior orçamento na saúde, mas dizer que mais de metade vai direitinho para os bolsos dos privados.-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Íamos passar ao processo de votação, mas entretanto a senhora vereadora Mariana Carvalho sinalizou o presidente que pretende defender a honra acerca de afirmações proferidas no âmbito dos recursos humanos e processos disciplinares da Câmara.----------

---------Tem a palavra a senhora vereadora Mariana Carvalho.----------

VEREADORA DA COLIGAÇÃO – Mariana Carvalho – Muito boa noite a todos.-----

---------Muito obrigada, senhor presidente.----------

Cópia

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------Senhor Presidente e Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.----------

---------Eu gostaria de responder diretamente ao senhor deputado Jardim, do Chega, que efetivamente em relação aos processos disciplinares que acontecem na Câmara Municipal dizer-lhe que irão acontecer sempre, mas sempre que os funcionários não cumpram os seus deveres de zelo a que estão obrigados como funcionários públicos. Independentemente, senhor deputado, de serem de qualquer partido político, inclusivamente do Chega também podem receber processos disciplinares, os do PSD podem, podem os do BTF e podem os do PS, do Bloco ou de qualquer outro partido político. Portanto, esta questão não é sequer tida em consideração.----------

---------Os processos disciplinares são instaurados pelos diretores de agrupamento no caso dos funcionários das escolas, são perfeitamente instruídos do ponto de vista legal e obviamente eu não vou reunir com nenhum funcionário enquanto estiver a decorrer esse processo disciplinar sob pena de estar em causa a minha imparcialidade neste processo que tem que ser total.----------

Cópia

---------Depois, em relação a isto, também dizer, e já para complementar a informação, que também há períodos experimentais que não são consolidados precisamente porque os funcionários não cumprem o seu dever essencialmente com crianças e têm linguagens inapropriadas e outras falhas de competências que não podemos tolerar. Portanto, a função pública e a Câmara Municipal vai exigir sempre competências aos seus funcionários, isto não corresponde a qualquer discriminação como aquilo que fez querer passar.----------

---------Portanto, eu tinha que dar aqui esta nota, os funcionários da Câmara Municipal são realmente competentes e quando não o são ou quando não cumprem as suas funções como devem cumprir pois com certeza será instaurado um processo disciplinar e quando a pena é multa ou superior esse processo vai a

reunião de Câmara para deliberação, como foi um caso recente último.----------

---------Portanto, isto para esclarecer o senhor deputado e toda a Assembleia, e já agora os barcelenses, que quando os funcionários efetivamente não cumprirem as suas funções com o dever que têm que cumprir será instaurado naturalmente o processo disciplinar, quando não cumprirem em períodos experimentais naturalmente não poderão ficar em exercício de funções públicas, porque é assim que deve ser e a função pública não é para qualquer um entrar e ficar de chinelos e a fazer o que bem lhe entender.----------

---------E peço esculpa, senhor presidente, o excesso de linguagem.----------

---------Muito obrigada.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora vereadora.----------

---------Vamos então iniciar a fase das votações!----------

---------Vamos começar pelo Voto de Congratulação do PSD, "*Pela inscrição do novo Hospital de Barcelos no Orçamento de Estado de dois mil e vinte e cinco*".---

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovado por unanimidade (quarenta e nove PS, trinta e dois PSD, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, um PCP, sete IND).----------

---------Moção "*Pelos cinquenta anos da Revolução de Abril e quarenta e oito anos do Poder Autárquico*", apresentada pelo Todos Barcelos.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovado por unanimidade (quarenta e nove PS, trinta e dois PSD, três CH,

Cópia

dois TB, dois CDS, dois BE, um PCP, sete IND).----------

---------Voto de Saudação "*Pelo quadragésimo Aniversário do vinte e cinco de novembro de mil, novecentos e setenta e cinco*", apresentado pelo CDS-PP.--------

---------Quem vota contra?----------

---------(Três: dois BE, um PCP)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Três: dois PS, um IND)----------

---------Está aprovado por maioria com três votos contra, três abstenções e noventa e dois votos a favor (quarenta e sete PS, trinta e dois PSD, três CH, dois TB, dois CDS, seis IND).----------

---------Voto de Saudação "Vinte e cinco *de Novembro – Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres*", apresentado pelo BE.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovado por unanimidade (quarenta e nove PS, trinta e dois PSD, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, um PCP, sete IND).----------

---------Temos aqui agora um voto de pesar subscrito pelo presidente da Assembleia Municipal e por todos os grupos municipais de homenagem ao deputado António Vale, alguém que esteve nesta Assembleia desde o primeiro ato de instalação quer como deputado municipal, quer até como vereador, portanto, esteve sempre na Assembleia Municipal desde o vinte e cinco de abril.-

---------Pedia à senhora deputada, segunda secretária, para proceder à leitura.----

SEGUNDA SECRETÁRIA – Guilhermina Guimarães – "Voto de Pesar.----------

---------A Assembleia Municipal de Barcelos manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento do Excelentíssimo Senhor António da Silva Gonçalves do Vale,

Cópia

residente na freguesia de Galegos Santa Maria, cuja vida foi marcada por uma dedicação exemplar à comunidade, exercendo cargos em diversas áreas de atividade, designadamente empresariais, associativas, políticas e autárquicas.----

---------A sua morte deixou os barcelenses consternados, pois era visto pelos seus familiares, amigos e munícipes do concelho de Barcelos como uma pessoa bondosa, trabalhadora, dedicado à causa pública e ao bem-estar coletivo, sempre se tendo preocupado com o desenvolvimento económico, social e democrático da sua freguesia e do Município de Barcelos.----------

---------António Vale, fruto do seu reconhecimento e da sua militância no Partido Social Democrata, participou, desde o vinte e cinco de abril de setenta e quatro, em inúmeras eleições, tendo sido eleito e exercido nobres e relevantes funções políticas, designadamente:----------

---------Presidente de Junta da Freguesia de Galegos Santa Maria, entre o ano de mil, novecentos e setenta e seis e mil, novecentos e oitenta e cinco;----------

---------Membro da Assembleia Municipal de Barcelos de mil, novecentos e setenta e seis a mil, novecentos e oitenta e cinco e de mil, novecentos e oitenta e nove a dois mil e vinte e quatro;----------

---------Secretário da Mesa da Assembleia Municipal no mandato de dois mil e cinco a dois mil e nove;----------

---------Vereador da Câmara Municipal no mandato de mil, novecentos e oitenta e cinco a mil, novecentos e oitenta e nove;----------

---------Membro da Comissão Política de secção do PSD de Barcelos em mil, novecentos e setenta e oito, em mil, novecentos e oitenta e três e em mil, novecentos e oitenta e seis;----------

---------Vice-Presidente em mil, novecentos e oitenta e sete a mil, novecentos e noventa e quatro;----------

---------Presidente da Mesa da Assembleia concelhia do PSD em mil, novecentos e

Cópia

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

setenta e nove a mil, novecentos e oitenta e três;----------

---------Membro de órgãos distritais e delegado a diversos congressos do PSD;----

---------Sócio Fundador e Presidente da Direção da Associação "Santa Maria Futebol Clube".----------

---------Com a convicção de que a sua partida deixou a vida empresarial, associativa, política e autárquica mais pobre, e atendendo ao seu percurso e exemplo de vida, a Assembleia Municipal de Barcelos manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento do seu deputado municipal António Vale, prestando-lhe desta forma uma sincera homenagem à sua memória e ao trabalho que desenvolveu em benefício do progresso da sua freguesia e do concelho de Barcelos.----------

---------Assim, todos os Grupos Municipais propõem que a Assembleia Municipal de Barcelos, na sua sessão de doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, delibere:----------

---------Um – Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do senhor António Vale;----------

---------Dois – Expressar a todos os seus familiares e amigos enlutados as mais sentidas condolências e profundo pesar pelo falecimento;----------

---------Três – Guardar um minuto de silêncio em sua memória e homenagem.----

---------Barcelos, doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro".----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora segunda secretária.-----

---------Vou então colocar à votação o voto de pesar do deputado António Vale!--

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovado por unanimidade (quarenta e nove PS, trinta e dois PSD, três CH,

Cópia

dois TB, dois CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND).----------

---------Pedia aos senhores deputados que, de pé, guardássemos um minuto de silêncio em homenagem a António Vale.----------

---------(Guardou-se um minuto de silêncio)----------

---------Aos familiares aqui presentes que nos acompanharam as nossas respeitosas condolências.----------

---------Temos agora o resultado da votação da eleição de um membro da Assembleia Municipal para a Comissão Consultiva da Revisão do PDM de Barcelos. Pedia ao senhor deputado, primeiro secretário, que anuncie o resultado da votação que fizemos aqui até às vinte e uma horas.----------

PRIMEIRO SECRETÁRIO – Augusto Dias – Resultados da votação para a Comissão Consultiva da Revisão do PDM de Barcelos:----------

---------Inscritos – cento e vinte e três deputados;----------

---------Votantes – sessenta e três;----------

---------Lista A – quarenta e nove;----------

---------Votos em branco – doze;----------

---------Votos nulos – dois;----------

---------Eleito o senhor deputado Pedro Filipe Soares de Sousa.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor primeiro secretário.------

---------Período de intervenção do público.----------

---------A primeira intervenção do público é da senhora Isabel Cristina Moura de Oliveira, que vai usar da palavra acerca da rede de abastecimento público de água.----------

---------Tem a palavra a senhora Isabel Cristina Moura de Oliveira.----------

PÚBLICO – Isabel Oliveira – Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Representantes da Comunicação Social e Caro Público, todos os

Cópia

presentes em sala e a quem nos acompanha *online*, muito boa noite a todos.----------Eu venho expor sobre as dificuldades que se prendem com a ausência do abastecimento de água pública em Durrães e Tregosa.----------Eu sou residente em Tregosa, é uma zona onde a água dos poços é escassa, muito escassa, no inverno e ausente no verão.----------São zonas onde é muito difícil captar água e várias habitações continuam privadas da rede de abastecimento.----------A verdade é que todos ficámos muito felizes quando esta Assembleia desatou o "nó das águas".----------No entanto, a promessa de levar água a todos ficou por aí. Existe trabalho a fazer e tem de ser priorizado. Eu não vi ninguém a discutir sobre ele aqui hoje e lamento muito por isso.----------A resolução para Durrães e Tregosa passa pela execução de uma ligação com pouco mais de um quilómetro... apenas.----------Existem muitas famílias privadas de água. Esta situação afeta totalmente a nossa qualidade de vida. Seja a nível económico, porque gera despesas que seriam desnecessárias, e toda a instabilidade gera ansiedade, isso afeta a nossa saúde. Existem pessoas doentes na nossa rua, na nossa terra, existem idosos com dificuldades. Dá cansaço e desânimo.----------A par de tudo isto, temos problemas com a rede elétrica. Apresentámos reclamações frequentes à E-Redes porque a potência contratada não nos chega às tomadas, causando avarias frequentes em eletrodomésticos e até impossibilitando a utilização de outros, incluindo as bombas de água.----------No verão passado, os bombeiros vinham abastecer um pequeno depósito. Ainda assim foram muitos os dias em que a água nos faltou. São bombeiros, têm outras prioridades, e essa não é uma solução, já que é muito difícil também encaminhar essa água para as casas. Naturalmente toda a água deve ser gerida

Cópia

com muita responsabilidade e respeito, a água é essencial à vida, de todos, todos hoje usamos água... Ao final da tarde, na nossa zona, as bombas de água já não têm energia para a fazer chegar a água às torneiras... isso é quando ela existe. Seja inverno ou verão.----------

---------É por isso que venho expor a nossa situação a esta Assembleia.----------

---------Em reunião com o senhor presidente fizeram-me acreditar que podem e que conseguem fazer mais pelas questões que eu apresento. Eles têm poder para intervir e para construir!----------

---------Somos todos contribuintes com os mesmos deveres. É, portanto, justo que tenhamos os mesmos direitos. Creio que todos estamos conscientes da gravidade da situação. Concordamos...----------

---------Venho pedir que a Assembleia interceda por nós.----------

---------A água é um bem essencial a todos e para todos.----------

---------A água pública deve ser prioridade máxima no concelho municipal.---------

---------Senhor presidente, eu questiono: até quando vamos ter de esperar?-------

---------Obrigada e boa noite.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora Isabel Oliveira.----------

---------Tem a palavra o senhor presidente da Câmara.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Cumprimento naturalmente a si, à Senhora Secretária e ao Senhor Secretário, Caras e Caros Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de Uniões de Freguesias, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social, Excelentíssimo Público e todos os que nos seguem via *Internet*.----------

---------Dona Isabel Cristina Moura de Oliveira, muito obrigado pela sua intervenção.----------

---------Como disse, e bem, já tive uma conversa consigo sobre esta temática e fui-

Cópia

lhe dando nota que efetivamente iríamos tentar desenvolver esforços para antecipar o que está previsto no contrato com as Águas, que foi aprovado em Assembleia Municipal, estava este investimento previsto para dois mil e vinte e seis. O que nós estamos a tentar conseguir é que seja feito esse investimento em dois mil e vinte e cinco, antes do verão, pico do problema que agora refere. Mas este trabalho só é possível porque houve um acordo e esse acordo veio permitir recuperar o investimento que esteve quinze anos parado. E eu partilho da sua preocupação, que todos devíamos ter o acesso à água e ao saneamento, mas infelizmente durante quinze anos estivemos completamente parados no que a esta matéria diz respeito. E também, como sabe, e também lhe transmiti essa realidade, é que o plano é um plano que faz investimentos ao longo do tempo. Naturalmente que temos que estar atentos e tentar sensibilizar quem é responsável pelo investimento que o faça de acordo com as prioridades e essa realidade que apresenta é uma realidade efetivamente que nos sensibilizou e, nesse sentido, estamos a desenvolver esforços para que seja esse investimento antecipado para dois mil e vinte e cinco.----------

Cópia

---------Relativamente à questão da energia elétrica, como sabe, a responsabilidade do aumento da potência é da exclusiva responsabilidade da E--Redes. No entanto, como lhe dissemos também, vocês solicitaram, a junta de freguesia solicitou, o reforço da potência à E-Redes e nós também em agosto de vinte e quatro. E dos contactos que fomos tendo com os responsáveis da E-Redes informaram-nos que foi colocado um PT numa zona que está próxima e está a ser avaliado pela E-Redes a possibilidade de o mesmo poder reforçar a Rua da Pedreira. Estão a fazer esse estudo e acredito que o possam desenvolver. Mas, como sabe também, e na altura também o referi, porque chamei os técnicos para também poder ajudar a explicar melhor o ponto da situação, trata-se de uma habitação de construção recente em que, quando adquiriu a casa ou quando a

arrendou, devia ser informada que havia estes problemas quer de acesso à água, quer de limitação de potência da E-Redes.----------

---------Nesse sentido, dizer-lhe apenas que é uma situação que nos sensibiliza naturalmente, que iremos tentar resolver, mas, acredite, que a grande alavanca para que estes problemas se possam resolver foi termos feito o acordo da água. Caso assim não acontecesse não só o município estava endividado com mais de duzentos e catorze milhões de euros, como não havia novos investimentos para a rede de água e de saneamento, como não havia ligações gratuitas, como não havia redução nas despesas com o esvaziamento de fossas. E isto consegue-se, apesar do acordo e das condições em que foi o acordo, como foi esta semana ou a semana passada bem demonstrado pela DECO, com o Município de Barcelos a ter um custo para dez metros cúbicos por habitante, que são setenta e cinco por cento dos utilizadores, abaixo de todos os municípios vizinhos, com exceção de Braga. E isto é um sinal muito positivo e que contraria exatamente a lógica que estava subjacente na sua questão, que é: nós não estamos preocupados. Estamos. Tanto estamos preocupados que das primeiras medidas que tomámos foi pôr um fim ao problema da água que vai permitir resolver isto, caso contrário isto continuaria a esperar indefinidamente.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Há agora uma inscrição do senhor Fernando Júlio Pereira Gomes. Está na sala? Não está na sala. Terminamos então o período do público.----------

---------Vamos então entrar no período da ordem do dia...----------

---------A senhora deputada Sara Magalhães tem a palavra para fazer uma interpelação à mesa e à Assembleia.----------

DEPUTADA INDEPENDENTE – Sara Magalhães – Renovo os meus cumprimentos na pessoa do senhor presidente.----------

Cópia

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------Regressamos à sessão para discutir e votar os pontos dois e três por respeito, solidariedade, lealdade e sentido de responsabilidade com o executivo municipal.----------

---------Não queremos ser acusados de obstaculizar a aprovação do orçamento fundamental para o bom funcionamento do executivo. Executivo que tem demonstrado ao BTF os valores da solidariedade, confiança e lealdade.----------

---------O Estado de direito assenta no princípio da separação de poderes fruto da democracia. E que bonita que é a democracia.----------

---------Senhor presidente, o vinte e cinco de abril que eu não vivi, nasci vinte anos depois, permite-nos exigir que nesta sessão sejamos independentes, com participação ativa no debate de acordo com as intervenções previstas. Caso assim não o entenda, manteremos a nossa posição.----------

---------E, para que não haja dúvidas, demonstro o comprovativo do pagamento da entrada da providência e entregarei de imediato à mesa.----------

---------Muito obrigada.----------

Cópia

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Vamos então entrar no ponto um da ordem de trabalhos: aprovação das atas das sessões de vinte e um de junho e vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro.----------

---------Proponho então, como é habitual, a dispensa da leitura das atas.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está dispensa a leitura das atas.----------

---------Votação da ata de vinte e um do seis de dois mil e vinte e quatro – primeira reunião!----------

---------Quem vota contra?----------

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovada por unanimidade (quarenta e um PS, vinte e nove PSD, dois CH, dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND).----------

---------Votação da ata de vinte e quatro do seis de dois mil e vinte quatro – segunda reunião!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovada por unanimidade (quarenta e um PS, vinte e nove PSD, dois CH, dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND).----------

---------Votação da ata de vinte e sete do nove de dois mil e vinte e quatro!--------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovada por unanimidade (quarenta e um PS, vinte e nove PSD, dois CH, dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND).----------

---------Vamos entrar no ponto dois da ordem de trabalhos: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em dois mil e vinte e cinco relativas às receitas municipais do IMI, Derrama, Participação de IRS, Taxa Municipal de Direitos de Passagem, redução da Taxa da Feira Semanal, isenção da Taxa das Atividades no Mercado Municipal Provisório (ou campo de feira, aos sábados de manhã), isenção da Taxa de Ocupação do Espaço Público (esplanadas), não atualização das demais taxas e não agravamento das taxas de

Cópia

recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos.----------

---------Portanto, será uma discussão conjunta e depois teremos uma votação separada.----------

---------Inscrições para este ponto!----------

---------Tem a palavra o senhor deputado José Faria, deputado independente.-----

DEPUTADO INDEPENDENTE – José Faria – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos e demais Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------Antes de tecer alguns comentários sobre o valor das taxas a cobrar para o ano económico de dois mil e vinte e cinco, quero que fique bem claro que a minha intervenção de hoje é totalmente indissociável do Grupo do BTF. Formal ou informal, porque, politicamente, pouco importa!----------

Cópia

---------A fixação das taxas a cobrar no ano de dois mil e vinte e cinco, propostas pelo executivo municipal para aprovar nesta Assembleia Municipal, correspondem ao desagravamento da carga fiscal para as pessoas e para as empresas.----------

---------A taxa do IMI de zero vírgula trinta e três por cento desceu em dois anos consecutivos com este executivo.----------

---------A taxa do IRS reduziu pela primeira vez também com este executivo.-------

---------E, do mesmo modo, a descida da Derrama.----------

---------As taxas praticadas por este executivo afastaram um fantasma que sempre se discutiu nesta Assembleia Municipal, porque o município cobrava taxas superiores aos concelhos vizinhos do quadrilátero.----------

---------Ora, com a redução das taxas cobradas no município (algumas mais baixas do que as cobradas nos municípios do dito quadrilátero) são, em alguns casos, inferiores.----------

---------O executivo foi mais longe, continua a isentar as taxas de esplanadas e reduzir em cinquenta por cento as taxas dos mercados e feiras, sem aumentar nenhuma de todos as outras da responsabilidade do município.----------

---------Esta proposta demonstra ainda a consciência social das famílias ao propor a redução do IMI que incide sobre os prédios urbanos destinados à habitação permanente em trinta, setenta e cento e quarenta euros, para famílias com um, dois ou com três ou mais filhos, respetivamente.----------

---------Em democracia discordar das propostas deste executivo e do seu mérito na defesa do bem comum é um direito. Mas o meu, como o BTF, é um dever no reconhecimento do esforço feito sobre esta opção política deste executivo municipal.----------

---------Votarei favoravelmente esta proposta, em sintonia com os demais membros desta Assembleia Municipal que se identificam com o BTF e em parceria com a coligação Barcelos Mais Futuro.----------

---------Para terminar, quero deixar claro este pequenino provérbio: "Quem anda no meio do mar não pode ter medo da chuva".----------

---------Disse.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, do Partido Comunista Português.----------

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, mais uma vez.----------

---------A cobrança de impostos e de taxas é uma forma importante de arrecadação de receitas que depois serve para neste caso o município cumprir as suas funções e algumas de enorme importância, como as funções sociais.----------

---------Ora, sempre que se abdica desta receita nunca se pode, quando se toma essa decisão, de ficar desligado daquilo que é a busca de outro aspeto importante que é a cobrança de impostos da justiça fiscal.----------

Cópia

---------Estas decisões da descida da Derrama, descida do IMI e descida do IRS, tendo em conta as taxas máximas, se fizermos a pergunta de quem são os grandes beneficiários com isto, logicamente que não são as pessoas que menos posses têm.----------

---------O IMI.----------

---------São os grandes proprietários que são os grandes beneficiários. Portanto, em vez de se descer a taxa, o abdicar de uma receita devia ser por baixo, isto é, o município deveria de alargar os critérios de isenção tendo em conta as famílias de baixos recursos económicos e prédios de reduzido valor. Porque uma família – já disse isto anos após anos – que tenha um prédio e que tenha zero de rendimento tem que pagar IMI. E os grandes beneficiários com a descida do IMI são os grandes proprietários que muitas vezes especulam com esses próprios prédios onde agora vão ter uma redução ou pagam menos do que aquilo que poderiam pagar.----------

Cópia

---------O IRS.----------

---------Esta descida é totalmente irrelevante. Mas julgo que, mesmo assim, é injusta. Claro está, quem não paga IRS não tem qualquer benefício com isto. Mas mesmo quem pague, em cada mil euros que paga só tem dois euros e meio de benefício. Portanto, isto é uma mera medida propagandística para se poder dizer que se desceu um imposto, porque isto não tem qualquer efeito prático nas famílias e não tem efeito nenhum nas famílias de baixos rendimentos que não pagam impostos, que é a esmagadora maioria dos barcelenses, como sabem, têm os seus rendimentos assentes em baixas reformas e em salários mínimos nacionais.----------

---------Esta questão da Derrama, estamos totalmente de acordo com a isenção para empresas com um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, mas já não podemos concordar que haja um benefício para empresas que

possam suportar o pagamento da Derrama. Portanto, as empresas devem contribuir também para as receitas do município, se isso é bem feito ou mal é outra discussão, para que depois o município cumpra as suas funções.----------

---------Portanto, aquilo que eu gostaria de afirmar, mais uma vez, é mais esta questão do IMI, olhar para o IMI de uma forma diferente, isentar as famílias com francas dificuldades em suportar este imposto.----------

---------De resto, dizer o seguinte:----------

---------Esta taxa de isenção de taxas sobre as esplanadas eu estou de acordo com isto, mas regule-se a ocupação do espaço e regule-se aquilo que é uma esplanada. Isto tem sido deixado ao livre arbítrio de cada um da ocupação do espaço. Hoje, e posso dizer porque não há qualquer problema, por exemplo, a esplanada do Galiano, no inverno, não é uma esplanada, é uma arrecadação para guardar grades de bebidas. Ora, isto não pode acontecer. Portanto, regule-se o que é uma esplanada e regule-se a sua ocupação do espaço.----------

Cópia

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do Grupo Municipal do CDS-PP.----------

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, demais Vereação, Senhores Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------Este executivo, em matéria de política fiscal, fez, em um só mandato, mais do que o Partido Socialista fez em três mandatos.----------

---------No presente mandato, e nesta matéria de política fiscal, tem denotado uma preocupação de desagravamento fiscal, bem visível na redução de taxas.----

---------Naturalmente que todo e qualquer executivo municipal pretenderá desagravar ao máximo os impostos diretos municipais e outras taxas municipais,

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e até eliminá-las.----------

---------O CDS aceita e reconhece que tal desiderato, embora possa vir a ser idealizado como meta, não é atualmente viável.----------

---------Mas falemos de cada um dos impostos diretos municipais e taxas, em particular.----------

---------Quanto ao IMI sobre prédios urbanos.----------

---------A taxa proposta, a mesma do ano anterior, de zero vírgula trinta e três por cento, está próxima do limite mínimo permitido de zero vírgula trinta por cento.-

---------O CDS tem-se batido nesta matéria para que a taxa a fixar seja, se não a do limite mínimo, a mais próxima desta.----------

---------Não foi este ano, mas estará certamente este executivo a caminhar para tal.----------

---------Quanto ao chamado IMI familiar, o CDS bateu-se pela sua implementação em Barcelos, pelo que estará inteiramente de acordo na sua manutenção.---------

---------Lembremos o que significa isto do IMI familiar: significa a redução do IMI, que incide sobre os prédios destinados a habitação permanente, em trinta, setenta e cento e quarenta euros, para as famílias com um, dois, três ou mais filhos, respetivamente.----------

---------Ainda sobre o IMI, apraz-nos registar com agrado que o executivo está atento aos prédios urbanos degradados e abandonados, e a possibilidade de agravar a taxa de IMI quanto aos mesmos, como incentivo à sua reabilitação e dinamização do mercado de arrendamento.----------

---------Votaremos favoravelmente.----------

---------Quanto à participação no IRS.----------

---------O CDS também votará favoravelmente a proposta do executivo de fixar uma taxa de quatro vírgula setenta e cinco por cento.----------

---------Voltamos a repetir o que dissemos sobre esta matéria há um ano: o

Cópia

anterior executivo municipal do Partido Socialista, em doze anos, nunca baixou a taxa máxima permitida de cinco por cento.----------

---------Quanto à Derrama.----------

---------O CDS votará favoravelmente a proposta do executivo de fixar a taxa de um vírgula um por cento, salientando a preocupação do executivo em isentar do seu pagamento as empresas com um volume de negócios até cento e cinquenta mil euros.----------

---------Quanto a taxas:----------

---------A taxa do direito de passagem, de zero vírgula vinte e cinco por cento, a mesma do ano transato;----------

---------A redução em cinquenta por cento na cobrança das taxas da feira semanal;----------

---------A isenção do pagamento de taxas pelas atividades no mercado municipal provisório ou no campo da feira aos sábados;----------

---------A isenção de taxas pela ocupação do espaço público pelas esplanadas;-----

---------A não atualização das demais taxas cobradas pelo município;----------

---------A adoção de uma política de não agravamento das taxas de recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos;----------

---------O CDS também votará favoravelmente pela sua aprovação.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.----------

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.--

---------Se me permite, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e quem nos segue via *Web*.----------

---------Questão das taxas.----------

Cópia

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------Estou facilitado naquilo que possa dizer porque vou dizer o mesmo que disse o ano passado, ou seja, não há grandes alterações e, por isso, só vou reforçar alguns aspetos.----------

---------A questão do IMI.----------

---------O Estado central ou o Estado local não é uma entidade abstrata, é uma entidade concretamente relacionada com as pessoa, ou seja, vive em função daquilo que são as suas receitas. Ora se nós diminuirmos as receitas de um imposto qualquer que seja terá que haver uma compensação que justifique ou pelo menos seja capaz de cobrir essa falta. Por isso, estarmos a baixar ou não determinado tipo de impostos tem que ter uma lógica de funcionamento estrutural, não pode ser um caso avulso. Por exemplo, em relação ao IMI, nós até concordamos que possa haver este valor mais baixo e até acho razoável os zero vírgula trinta e três por cento, mas já não é aceitável que permanentemente – nós temos dito isso – que não haja um estudo prévio que se possa fazer majorações e minorações. Ou seja, fazer com que prédios devolutos, nomeadamente em assentos urbanos, nomeadamente em ocupação de espaço avolumado, seja necessário aplicar uma taxa superior e noutras situações, atendendo aos rendimentos familiares e atendendo inclusive ao alargamento das isenções, haja essa diminuição da taxa, portanto, não seja um imposto cego, é um imposto social, de justiça social, que é importante dar-lhe essa função. E, por isso, é possível fazer estas questões, pode-se fazer estas percentagens até trinta por cento, tanto majoração como minoração, e por isso era importante fazer este trabalho de casa. Por isso, vamo-nos abster porque concordamos com alguns pontos, mas não propriamente com o que acabei de dizer.----------

---------Quanto à Derrama.----------

---------Quando muito poder-se-á aceitar, como alguns concelhos fazem, que a isenção vá para lá dos cento e cinquenta mil, possa ser até em alguns casos, em

Cópia

alguns municípios, duzentos e cinquenta mil. Agora, a Derrama é para ser aplicada exatamente sobre todas as empresas sobre o rendimento gerado na área geográfica de cada município. Por isso não é aceitável estarmos a baixar o valor da Derrama para empresas que têm lucros muito avultados. Portanto, há que ter em atenção porque ela pode significar, por exemplo, no caso do IMI, que há bocado falei, isto significa doze milhões de euros, é muito dinheiro. Portanto, é preciso gerir de uma certa forma e equilibrada todos estes valores.----------

---------Quanto ao IRS.----------

---------Já aqui foi dito, e reforço o que foi dito, ou seja, é panfletário estarmos a baixar o IRS porque não traduz nada para a maior parte das pessoas, traduz-se em dois/três euros de diminuição daquilo que tem para pagar. Portanto, não acho que haja sequer qualquer razão para haver esta diminuição.----------

---------Quanto às taxas municipais.----------

---------Somos favoráveis à redução ou até à isenção daquilo que é mencionado na alínea a), b) e c) do ponto seis, sendo que é preciso regulamentar o que é o espaço público, a ocupação do espaço público através das esplanadas. Já aqui foi dito, corroboro dessa mesma opinião.----------

---------Sobre a alínea d) e e), precisava de uma explicação, não quer dizer que não entenda, subentendendo, mas posso estar a subentender mal, o que significa não atualização das demais taxas, o que é isto das demais taxas; ou então não agravamento das mesmas, quais mesmas e o que é que se refere exatamente, para ficar a perceber de uma forma mais evidente o que aqui é pretendido dizer.-

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado António Jardim, do Chega.----------

DEPUTADO DO CH – António Jardim – Senhor presidente, na sua pessoa, renovo os cumprimentos a todos os presentes.----------

Cópia

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------Na perspetiva dos impostos podemos ter duas visões diferentes:----------

---------O executivo prefere ver o copo meio cheio, que será o mesmo que dizer cheio de impostos dos contribuintes.----------

---------No caso do Grupo Municipal do Partido Chega, optamos por ver a realidade e apenas vemos o copo meio vazio, ou seja, os bolsos dos contribuintes que se esvaziam com os impostos.----------

---------A expetativa para dois mil e vinte e cinco, tal como aconteceu nos últimos anos, devo dizer que é muito pouco para quem muito prometeu.----------

---------O senhor presidente prometeu consecutivas descidas nos impostos e taxas, mas durou apenas dois anos para colocarem um travão e mudarem o discurso.----------

---------Sim, é verdade que não os aumentaram, mas também não deixa de ser menos verdade que poderiam ter ido mais longe e optaram por não o fazer, refiro-me aos impostos pagos pelas famílias barcelenses.----------

---------Pedimos mais audácia para este tipo de impostos, pois quatro vírgula setenta e cinco por cento na participação de IRS é excessivo, então colocamos a fasquia nos três por cento porque gostamos de nos comparar com os melhores. E se em Braga a participação está nos três por cento, então essa deveria ser a ambição do executivo e desse modo baixar já em dois mil e vinte e cinco em vez de manter os valores de dois mil e vinte e quatro.----------

---------Relativamente ao IMI, somos claros quanto à taxa, entendemos que deveríamos acompanhar o concelho do quadrilátero que mais se assemelha a Barcelos e nesse caso a nossa comparação é feita com o município de Guimarães, que vai praticar uma taxa de zero vírgula trinta e dois por cento, ligeiramente inferior à proposta que nos é apresentada.----------

---------Relativamente às isenções na alínea b) e c), estamos de acordo e concordamos também com a redução nas taxas das feiras semanais.----------

Cópia

---------Quanto às não atualizações e apesar de ser uma medida positiva esta não impede os aumentos no custo final para o consumidor, o que entendemos ser uma falsa poupança pois não aumentando as taxas, mas aumentando o custo por unidade, uma vez aplicando a taxa atual, o consumidor vai acabar por pagar mais, é simples, e os cofres do município ficarão mais recheados, ficando as famílias barcelenses com menos dinheiro na carteira.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Senhor deputado José Padrão, do Grupo Municipal do PSD, faz favor, tenha a bondade.----------

DEPUTADO DO PSD – José Padrão – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa e Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Ilustres Colegas Presidentes de Junta e Deputados Municipais, Público aqui presente e via *Web*, Senhores Jornalistas.----------

Cópia

---------A fixação das taxas sobre impostos diretos e demais taxas municipais são decisões de natureza política, sustentada numa visão estratégica de planeamento. Assim, após dois anos consecutivos a descer as taxas do IMI, Derrama e IRS, para o próximo ano o executivo da coligação propõe a manutenção das taxas em vigor.----------

---------Mas quero aqui destacar uma política fiscal importante para as famílias que consta nesta proposta, ao contrário do recomendado pela ERSAR, o município não agravará as taxas de recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos para dois mil e vinte e cinco.----------

---------Tendo em conta o ambicioso e exigente plano e orçamento para dois mil e vinte e cinco, seria irresponsável promover a diminuição da receita por meio da redução dos impostos. Com esta proposta, o executivo assegura a estabilidade e prudência na execução orçamental, sem perder competitividade para os demais

concelhos do quadrilátero.----------

---------E se quisermos comparar a política seguida pela coligação com a do anterior executivo do Partido Socialista, o PS durante os doze anos em que esteve no poder reduziu os impostos apenas uma vez (ano de dois mil e dez), a coligação em quatro anos já reduziu duas vezes.----------

---------Na altura que era poder o PS justificava a política de manutenção das taxas de impostos diretos com base no princípio da estabilidade fiscal. No entanto, agora no papel de oposição, o PS defende que o executivo deveria baixar os impostos. Este comportamento é contraditório e incoerente. Aliás, facilmente comprovado com o sentido de voto sobre esta matéria, em três anos já votaram de diversas formas, nem aqui seguem o princípio da estabilidade...----------

---------Na Assembleia Municipal de novembro de dois mil e dezassete, em sede de discussão sobre esta matéria e com o executivo do PS a governar, o senhor deputado Nélson Brito justificava a manutenção das taxas de imposto sustentado na opinião de especialistas em matéria fiscal. Eu, agora, citaria especialistas em coerência: "Olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço!".----------

---------Para os partidos que insistem na diminuição de impostos e ao mesmo tempo, nas grandes opções do plano, defendem o investimento em obras estruturantes, a minha pergunta é: como pensariam financiar essas obras? Haja coerência! Já dizia, mais uma vez, o senhor deputado Nélson Brito, na Assembleia Municipal de dois mil e vinte: "*o que a oposição faz normalmente é criticar*". E é realmente a isso que vamos assistindo: a coligação a fazer e o PS a criticar.--------

---------Estabilidade fiscal e previsibilidade são princípios fundamentais da fiscalidade. Quando o PS estava à frente da Câmara Municipal a manutenção dos impostos era justificada pela necessidade de financiar obras. Agora que o executivo mudou esses mesmos impostos são considerados irresponsáveis. Não há dúvida de que, fosse qual fosse a política fiscal proposta pelo atual executivo,

Cópia

ela seria criticada. Se propuséssemos a redução de impostos seríamos acusados de eleitoralismo; se mantivéssemos os impostos seríamos chamados de insensíveis. Vemos assim o Partido Socialista a ser Partido Socialista.----------

---------Se realmente quiséssemos ser eleitoralistas e irresponsáveis teríamos baixado os impostos em pleno ano eleitoral, mas não vamos seguir esse caminho. Naturalmente que o executivo gostaria, e tem essa pretensão, de futuramente promover o desagravamento fiscal, haja condições e estabilidade económico-financeira para tal.----------

---------Perante isto, o Grupo Municipal do PSD votará a favor da presente proposta.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Nélson Brito, do Grupo Municipal do Partido Socialista.----------

DEPUTADO DO PS – Nélson Brito – Boa noite, Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------Relativamente então aqui aos impostos. Em primeiro lugar, desmistificar uma coisa: não há redução de taxas de impostos para dois mil e vinte e cinco. Não há, comparativamente com dois mil e vinte e quatro. A taxa de IMI mantém-se igual.----------

---------Esta retórica, esta narrativa de vir aqui dizer que após dois anos consecutivos, fazendo querer passar a ideia que nos últimos dois anos houve redução de impostos, quando não houve, não é séria, não é um discurso sério. E, portanto, houve a redução de um ponto no primeiro ano e houve uma redução de outro ponto no segundo ano. Tudo somado, menos do que aquela citada aqui redução de uma única vez que o Partido Socialista fez. Se quiser fazer essa

Cópia

comparação, senhor deputado, e se quiser ser sério. E, portanto, zero ponto trinta e três é a mesma taxa de dois mil e vinte e quatro, que se vai manter. E não vinha aqui criticar a política fiscal. O senhor deputado lança os foguetes e apanha as canas. Mas não vale a pena porque as pessoas não estão distraídas. Porque o que se passou e o que se passa é que efetivamente a taxa de IMI baixou um ponto e outro ponto e agora se manteve este ano que já está aqui em curso e se vai manter em dois mil e vinte e cinco. Eu não vinha aqui criticar qualquer que fosse... eu venho aqui criticar é que a coligação prometeu baixar significativamente os impostos, já veio aqui o CDS dizer "pronto, nós até queremos que isto possa aproximar-se do mínimo", antes vinham aqui exigir que fosse o mínimo, que é uma diferença, mas quem mudou de postura e de atitude foram os senhores, não fomos nós. Eu não venho aqui criticar se é alto, se é baixo, venho aqui criticar por terem dito uma coisa e estarem a fazer outra. Isso, sim, é que é digno de crítica. Isso, sim, é que é violar o princípio da previsibilidade fiscal, que é anunciar uma coisa e fazer outra. Para quem acompanha as empresas e os investimentos sabe que a questão das taxas é importante, mas a questão da previsibilidade, ou seja, uma coisa é o que se diz, outra coisa é o que se faz, e se essas duas coisas forem iguais está tudo bem, se elas forem muito diferentes é que está tudo mal. E é isso o que está a acontecer. Só para dar um exemplo: dos zero vírgula trinta e três por cento, para um prédio de cem mil euros, um prédio de cem mil euros não é propriamente um prédio de luxo, dos zero vírgula trinta e três dá trezentos e trinta euros por ano. OK? E o desconto que é feito de trinta euros para quem tem um filho era imediatamente, não era preciso desconto nenhum se baixassem para o mínimo, e baixavam os trinta euros.----------

---------Quanto ao IRS, mantém-se a taxa de quatro vírgula setenta e cinco que vigorou este ano, não há redução nenhuma, ao contrário do que aqui foi dito, e não só pela coligação, até pela oposição. Não há redução nenhuma. E é evidente

Cópia

que a participação no IRS é mais para a classe média, a classe média que paga mais IRS, não é para a classe mais desfavorecida que não paga IRS, porque não tem rendimentos suficientes para pagar. Isto é conhecido. Mas a classe média também existe e a classe média também tem direito a ter alguma atenção de quando em vez. E, portanto, não estamos contra a diabolização da redução do IRS. Estamos é só a favor de falar de uma forma séria e transparente.----------

---------Recordo que neste orçamento, e já vamos ver no ponto seguinte, a cobrança de IMI está prevista aumentar qualquer coisa como quase dez por cento, de onze para doze milhões de euros, está lá escrito pelos senhores, não foi por mim, no orçamento. O que quer dizer que manter as taxas de IMI é o suficiente para fazer aumentar a receita quase dez por cento. Bem, quem vai pagar isso são os barcelenses de prédios caros e de prédios mais baratos. Essa é que é a realidade e não vale a pena desmistificar aqui.----------

---------Muito obrigado.----------

Cópia

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra agora o senhor presidente da Câmara para responder, se entender.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Renovo os cumprimentos à Mesa, aos Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Público, Comunicação Social e todos que nos seguem via *Internet*.----------

---------Naturalmente que ouvi os diferentes argumentos das diferentes bancadas e não me surpreende. Surpreende-me apenas a bancada do Partido Socialista porque não percebi qual era a proposta que apresenta. É contra o IRS, é contra o IMI… não percebi qual é a proposta que apresentariam em alternativa. Gostaria de perceber qual era.----------

---------A nossa é muito fácil de explicar. É por uma questão de prudência e de estabilidade. Prudência porque, como sabem, e em dois mil e vinte e três aconteceu exatamente a mesma coisa, já não se recordam, mas houve uma crise inflacionista, com uma subida de juros significativa, e naturalmente, por prudência, quisemos manter as taxas como estavam ao fim de duas descidas consecutivas, em vinte e dois e em vinte e três. Para vinte e quatro não fizemos nenhuma atualização. Portanto, há uma descida efetiva, a taxa é zero vírgula trinta e cinco e está em zero vírgula trinta e três, houve uma descida.----------

---------Relativamente à questão da prudência também para vinte e quatro, embora o cenário macroeconómico seja diferente e até neste momento seja de alguma maneira em sentido inverso, ou seja, um abaixamento de juros, uma também previsão económica diferente, temos, e não podemos ignorá-lo, um contexto geopolítico de conflitos que naturalmente criam alguma instabilidade que nós temos que naturalmente também precaver. Mas sobretudo a prudência prende-se com o volume de obras que queremos fazer.----------

Cópia

---------Este orçamento é um orçamento decisivo para Barcelos não por ser o último ano deste mandato, mas sobretudo por um conjunto de oportunidades que é importante Barcelos agarrar. E nesse sentido nós temos que ter a prudência necessária para simultaneamente agarrar as oportunidades que puderem ser agarradas por via do PRR ou pelo Vinte Trinta, mas também estar atentos a qualquer imprevisto que possa surgir. E é nesse sentido que aqui vai a nossa proposta, não mais do que isto.----------

---------Ao senhor deputado José Maria Cardoso dizer-lhe que as demais taxas são fáceis de perceber. É o urbanismo, visitas a museus, piscinas, ocupação de espaços públicos, naturalmente que são outras taxas que não vão ser aumentadas e que mantemos.----------

---------E já agora também, se me permitem, o nosso objetivo central e estratégico

da política fiscal foi criar em Barcelos, em competição com os nossos vizinhos do quadrilátero, situação mais competitiva que favoreça o investimento.----------

---------E é curioso referir o que disse o senhor deputado Nélson Brito. Na verdade, nós vamos ter mais receita de IMI e sabem porquê? Porque há mais gente a construir em Barcelos, porque há mais gente a querer viver em Barcelos. Ao fim de uma década, que de dois mil e onze a dois mil e vinte e um houve uma diminuição de quatro por cento na população barcelense. Está-se a fazer o percurso inverso. Naturalmente havendo mais investimento, havendo mais casas, havendo mais habitantes, naturalmente a receita é maior. Mas isto é fruto de uma atratividade que naturalmente faz todo o sentido. E nós não podemos viver como se fôssemos uma ilha e, portanto, temos que ter a noção de que é importante nós também sinalizarmos que em Barcelos é um território amigo do investimento e é um território amigo das pessoas para virem cá viver e para se fixarem em Barcelos. E estes sinais quer do IRS, quer da Derrama, quer do IMI são muito importantes.----------

Cópia

---------Também relativamente à Derrama lembrar o senhor deputado José Maria Cardoso que as empresas quando se deslocam, e se nós queremos atrair investimento para Barcelos, nós temos também de ter a noção de que elas olham também para as taxas e para as oportunidades. Naturalmente se nós formos mais competitivos temos mais condições de atrair investimento. E é isso que se pretende e é isso que nós queremos.----------

---------Naturalmente que também fixei, e isso é uma situação recorrente no senhor deputado Mário Figueiredo, que nos merece atenção. Eu por uma vez vou comungar consigo numa ideia que me parece uma ideia interessante, que é alargar o limite mínimo em que se começa a taxar, faz sentido. Porque isso favorece diretamente as pessoas que tem classe média ou classe média baixa, se quisermos, que efetivamente têm mais dificuldade em fazer esses pagamentos.

Irei estudar essa possibilidade porque acho que é efetivamente uma mais-valia e uma alteração que pode ter algum sentido.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Vamos passar então ao processo de votações!----------

---------Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – taxa de zero vírgula trinta e três para prédios urbanos.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Nove PS)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Três: dois BE, um PCP)----------

---------Quem vota a favor?----------

---------(Cento e dois: trinta e sete PS, trinta e dois PSD, três CH, dois TB, um CDS, vinte e sete IND)----------

---------Este ponto foi aprovado por maioria com cento e dois votos a favor, três abstenções e nove votos contra.----------

---------Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – redução do IMI que incide sobre os prédios urbanos destinados à habitação permanente em trinta, setenta e cento e quarenta euros, para famílias com um, com dois ou com três ou mais filhos, respetivamente.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Este ponto foi aprovado por unanimidade (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, três CH, dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND)----------

---------Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS) – participação de IRS: quatro

Cópia

vírgula setenta e cinco por cento.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Doze: nove PS, dois BE, um PCP)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovado por maioria com doze votos contra e cento e dois votos a favor (trinta e sete PS, trinta e dois PSD, três CH, dois TB, um CDS, vinte e sete IND).----

---------Derrama – um vírgula um por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento, das entidades coletivas com um volume de negócio igual ou superior a cento e cinquenta mil euros.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Doze: nove PS, dois BE, um PCP)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

Cópia

---------Aprovado por maioria com doze votos contra e cento e dois votos a favor (trinta e sete PS, trinta e dois PSD, três CH, dois TB, um CDS, vinte e sete IND).----

---------Taxa do Direito de Passagem – zero vírgula vinte e cinco por cento.---------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Um TB)----------

---------Aprovado por maioria com uma abstenção e cento e treze votos a favor (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, três CH, um TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND).----------

---------Redução da Taxa da Feira Semanal – cinquenta por cento.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovado por unanimidade (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, três CH, dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND).----------

---------Isenção da Taxa das Atividades no Mercado Municipal Provisório (ou campo de feira, aos sábados de manhã).----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovado por unanimidade (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, três CH, dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND).----------

---------Isenção da Taxa de Ocupação do Espaço Público (esplanadas).----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovado por unanimidade (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, três CH, dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND).----------

---------Não agravamento das taxas de recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovado por unanimidade (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, três CH, dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND).----------

Cópia

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------Não atualização das demais taxas.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Aprovado por unanimidade (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, três CH, dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND).----------

---------Está encerrado este processo de votações.----------

---------O Todos Barcelos fez chegar à mesa um requerimento, que vai apresentar declarações de voto, que fica desde já registado em ata, sobre este ponto dois e sobre os pontos três, quatro, cinco, seis, sete, oito e nove da ordem de trabalhos.-

---------Pedia aos líderes municipais para chegarem aqui junto do presidente da mesa da Assembleia, por favor.----------

---------(Reunião de líderes que durou cerca de três minutos)----------

---------Obrigado às senhoras e aos senhores deputados pelo tempo que aguardaram.----------

---------Como sabem, estamos com três horas de trabalho da Assembleia, ao fim de três horas, os trabalhos, para continuarem, tem de haver unanimidade dos grupos municipais. Explico aos senhores deputados que nós vamos entrar no debate do orçamento municipal e o debate do orçamento municipal prevê-se uma duração de cento e dez minutos, muito próximo das duas horas. Portanto, não tem sentido iniciar o debate do orçamento e interromper aqui a meio, é um debate que deve ser seguido, é esse o sentido destas aprovações e destes debates, e, por isso, reuni os grupos municipais para saber qual era a interpretação dos grupos municipais. Há unanimidade em passarmos o orçamento e os demais pontos para a segunda reunião e, nessa sequência, ficam desde já convocados para o próximo sábado, às nove e meia da manhã, neste

Cópia

mesmo auditório, para iniciarmos com o debate das grandes opções do plano e orçamento.----------

---------Portanto, está interrompida aqui esta sessão em sede de primeira reunião.----------

---------Muito boa noite a todos.----------

---------A sessão foi interrompida às zero horas e cinco minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e quatro.----------

---------Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.----------

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

(Fernando Santos Pereira, Dr.)

O COORDENADOR TÉCNICO

(Celestino Linhares da Silva)

Copia

---------Apensa-se a esta ata o Voto de Congratulação "*Pela inscrição do novo Hospital de Barcelos no Orçamento de Estado de dois mil e vinte e cinco*", apresentado pelo PSD, constituído por duas páginas, cuja votação encontra-se inserta na página quarenta e sete.----------

---------Apensa-se a esta ata a Moção "*Pelos cinquenta anos da Revolução de Abril e quarenta e oito anos do Poder Autárquico*", apresentada pelo TB, constituída por duas páginas, cuja votação encontra-se inserta na página quarenta e sete.---

ÍNDICE

Ata n.º 33 de 12 de dezembro de 2024

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
19	Período de antes da ordem do dia
29	Voto de Saudação do CDS
48	Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. António da Silva Gonçalves do Vale
51	Divulgação dos resultados da votação para a Comissão Consultiva da Revisão do PDM de Barcelos
51	Intervenção do Público
56	Período da ordem do dia
56	Aprovação das atas das sessões de 21 de junho e 27 de setembro de 2024 (1º Ponto)
57	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em 2025 relativas às receitas municipais do IMI, Derrama, Participação de IRS, Taxa Municipal de Direitos de Passagem, redução da Taxa da Feira Semanal, isenção da Taxa das Atividades no Mercado Municipal Provisório (ou campo de feira, aos sábados de manhã), isenção da Taxa de Ocupação do Espaço Público (esplanadas), não atualização das demais taxas e não agravamento das taxas de recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos (2º Ponto)

Cópia

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------Apensa-se a esta ata o Voto de Saudação "*Vinte e cinco de Novembro – Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contras as Mulheres*", apresentado pelo BE, constituído por três páginas, cuja votação encontra-se inserta na página quarenta e oito.----------

---------Apensa-se a esta ata a Declaração de Voto do TB relativa ao segundo ponto: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em dois mil e vinte e cinco relativas às receitas municipais do IMI, Derrama, Participação de IRS, Taxa Municipal de Direitos de Passagem, redução da Taxa da Feira Semanal, isenção da Taxa das Atividades no Mercado Municipal Provisório (ou campo de feira, aos sábados de manhã), isenção da Taxa de Ocupação do Espaço Público (esplanadas), não atualização das demais taxas e não agravamento das taxas de recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos.----------

Cópia

10 DEZ. 2024

Aprovado por unanimidade
12/Dez/2024

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pela inscrição do novo Hospital de Barcelos no Orçamento de Estado de 2025

«*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce*» ("O Infante", de Fernando Pessoa)

Foi com enorme alegria, regozijo, alívio e esperança que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD) de Barcelos tomou conhecimento da inscrição do Novo Hospital de Barcelos no Orçamento de Estado para 2025, já aprovado na generalidade e na especialidade.

Este era um anseio de mais de duas décadas para barcelenses e esposendenses que vêm, agora e finalmente, um Governo – no caso, o da Aliança Democrática – a colocar num Orçamento de Estado verbas para a concretização dessa infraestrutura hospitalar tão necessária e premente para os quase 152 mil habitantes* dos concelhos de Barcelos e Esposende (* Censos 2021).

Cópia

A inscrição no Orçamento de Estado é o primeiro passo para que, futuramente, estas populações tenham uma substancial melhoria nos cuidados de saúde e, por conseguinte, uma melhoria nas suas condições de vida.

De igual modo, também o atual Executivo Municipal de Barcelos dá uma clara demonstração de querer que esta obra se concretize, colocando novos procedimentos necessários à concretização da mesma na proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025, tendo, anteriormente e como é sabido, já desencadeado a aquisição dos terrenos e elaboração do plano de pormenor, entre outros processos.

«*Que o mar unisse, já não separasse*» (*ibidem*)

Mesmo considerando que no passado, Governos houve – e responsáveis políticos – que, até com condições de governabilidade mais favoráveis, muito prometeram, mas nada cumpriram, fosse com promessas eleitorais, fosse com promessas de inclusão no Orçamento de Estado, o Grupo Municipal do PSD de Barcelos não podia deixar de se congratular por, finalmente, ver esta pretensão de todos mais perto de se concretizar.

Por tal, pretende estender este Voto de Congratulação a todas as forças políticas e membros com estatuto de independentes representados nesta Assembleia Municipal de Barcelos, pela união de vontades e conjugação de ações que levaram a uma unanimidade na procura da concretização deste anseio para Barcelos e Esposende, não podendo deixar de relevar o empenho, o otimismo, a abnegação, o labor e engenho com que o Executivo Municipal, e a coligação que o compõe, sempre pautou a sua ação em

prol da concretização desta grandíssima obra para Barcelos. Aliás, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, já por várias vezes, expressou o seu agradecimento e reconhecimento a todos os membros desta Assembleia Municipal por "remarem para o mesmo lado", na procura das soluções.

Uma palavra, igualmente, para o Sr. Deputado à Assembleia da República, Dr. Carlos Eduardo Reis, por ter sido o único Deputado a abordar a inscrição do Hospital de Barcelos no Orçamento de Estado para 2025 em sede de discussão e votação na especialidade.

O Grupo Municipal do PSD de Barcelos termina, desejando que esta inscrição no Orçamento de Estado de 2025 seja o primeiro passo para a concretização deste anseio de décadas para as populações de Barcelos e Esposende, na busca legítima por um acesso a cuidados de saúde de maior qualidade, por melhores condições de vida e por uma maior coesão territorial.

Proposta:

Por considerar ser esta inscrição no Orçamento de Estado para 2025 um motivo de enorme alegria e esperança, assim como uma justa resposta às pretensões dos barcelenses e dos esposendenses, o Grupo Municipal do PSD de Barcelos propõe este VOTO DE CONGRATULAÇÃO pela inscrição do novo Hospital de Barcelos no Orçamento de Estado para 2025.

Voto que, a ser aprovado, solicita, encarecidamente, que possa ser enviado, para conhecimento, para a Presidência da República Portuguesa, para a Presidência da Assembleia da República e todos os Partidos com representação parlamentar, para o Governo da República Portuguesa, para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte), para a Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte), para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Esposende.

Cópia

Barcelos, 12 de dezembro de 2024

Os Proponentes

Grupo Municipal do PSD Barcelos

09 DEZ. 2024

Aprovada por unanimidade
12/DEZ/2024
FERNANDO SANTOS PEREIRA

TB TODOS BARCELOS

Moção pelos 50 anos da Revolução de Abril e 48 anos do Poder Autárquico

A Revolução dos Cravos, ocorrida em 25 de abril de 1974, representa um dos momentos mais marcantes da história de Portugal. Foi o fim de quase meio século de ditadura, trazendo ao país a liberdade, a democracia e a garantia dos direitos fundamentais. O espírito de Abril, simbolizado pelos cravos vermelhos, trouxe a esperança de uma nação mais justa, igualitária e soberana, devolvendo ao povo português o direito de decidir o seu futuro.

Neste contexto, o Poder Autárquico instituído e consubstanciado nas eleições de 12 de dezembro de 1976, (precisamente há 48 anos), consolidou-se como uma das grandes conquistas da Revolução. A criação das autarquias locais trouxe a democracia para mais perto dos cidadãos, promovendo o desenvolvimento regional e a descentralização do poder. As câmaras municipais e as juntas de freguesia passaram a desempenhar um papel crucial na gestão dos interesses locais, garantindo uma administração mais eficiente e próxima das necessidades da população.

Cópia

Considerando:

- ✓ O legado inegável da Revolução de Abril, que, ao longo de 50 anos, transformou Portugal numa democracia moderna e num Estado de direito;
- ✓ A relevância do Poder Autárquico, que, nos seus 48 anos, contribuiu significativamente para o progresso das comunidades locais e para a promoção de uma cidadania ativa e participativa;
- ✓ A importância de continuar a defender e valorizar os princípios de liberdade, justiça, igualdade e solidariedade que a Revolução trouxe, e de reforçar a proximidade das autarquias à população, respondendo aos desafios do presente e do futuro.

A Assembleia municipal de Barcelos reunida em sessão ordinária no dia 12 de dezembro de 2024 presta respeitosamente homenagem a todos aqueles que, com coragem e determinação, contribuíram para a liberdade e a democracia de que hoje usufruímos.

Esta moção visa:

- ✓ Celebrar e valorizar os 50 anos de Abril e os 48 anos do Poder Autárquico, reconhecendo os seus impactos transformadores na sociedade portuguesa;

Rua Duques de Barcelos, 4750, Barcelos - tb@tb-todosbarcelos.pt joserosa@am-barcelos.pt +351 963848953

TB TODOS BARCELOS

- ✓ Reafirmar o compromisso com os valores democráticos que guiaram a Revolução de 25 de Abril, bem como a importância do papel das autarquias no fortalecimento da democracia;
- ✓ Exortar todos os responsáveis políticos e cidadãos a continuarem a lutar pela consolidação de uma sociedade mais justa, inclusiva e participativa, de modo a honrar o legado de Abril e a missão do Poder Autárquico..
- ✓ Manifestar respeito profundo por todos aqueles que com coragem e determinação, de forma visível ou anónima, contribuíram para a construção do Portugal livre e democrático que conhecemos hoje, muitas vezes com sacrifícios pessoais, em prol de um Portugal mais justo e inclusivo
- ✓ Homenagear os Capitães de Abril que ousaram sonhar e concretizar uma revolução pacífica, devolvendo ao povo português os seus direitos fundamentais e o poder de decidir o seu futuro.
- ✓ Manter viva a memória dos autarcas que, ao longo de quase cinco décadas, serviram as suas comunidades com dedicação e espírito de serviço público, fortalecendo o poder local e aproximando a democracia de cada cidadão.

Cópia

Barcelos 12 de dezembro de 2024

O Grupo Municipal do TB – Todos Barcelos

(José Rosa)

Nota: Moção deve ser remetida á: Assembleia da Republica; associação 25 de Abril; ANAM; ANAFRE e à ANMP

Rua Duques de Barcelos, 4750, Barcelos - tb@tb-todosbarcelos.pt joserosa@am-barcelos.pt +351 963848953

Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA
10 DEZ. 2024
N.º P.º

Aprovado por unanimidade
12/DEZ/2024

Voto de Saudação

25 DE NOVEMBRO - DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

No dia 25 de Novembro assinalou-se mais um dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, uma data crucial pata refletirmos e agirmos contra uma das mais graves violações dos direitos humanos.

Este dia representa, também, um momento de reconhecimento pelo trabalho árduo de organizações e movimentos que incansavelmente promovem a igualdade de género e lutam por uma sociedade livre de violência e discriminação.

Cópia

Os dados mais recentes continuam a ser alarmantes e exigem uma ação coletiva. Em 2024, Portugal continua a deparar-se com elevados índices de violência contra as mulheres.

Desde o início do ano, em contexto de violência doméstica, em média, mais de duas mulheres são mortas, por mês[1] (até 15 de novembro, houve 25 mulheres assassinadas). No final de 2023, os registos incluíam 30323 casos de violência doméstica, e nos primeiros 3 trimestres de 2024, as ocorrências reportadas à PSP e GNR ascendiam já a 23032[2], demonstrando, relativamente ao primeiro trimestre deste ano, um aumento de 12,49% no segundo trimestre e um aumento de 22,33% no terceiro trimestre.

---

1 https://www.dn.pt/649423016/ja-foram-assassinadas-25-mulheres-em-portugal-este-ano/

2 https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/indicadores-estatisticos/#title1

Entre os casos reportados, destacam-se agressões físicas, psicológicas, sexuais e económicas.

Apesar do reforço nas medidas de apoio, incluindo o acolhimento de 1419 vítimas pela Rede Nacional de Apoio e a aplicação de 1134 medidas de coação a agressores, o desafio persiste.

A luta pela eliminação da violência de género não está isolada. É inseparável de questões como igualdade laboral e salarial, acesso a habitação, educação inclusiva e justiça efetiva para as vítimas. Além disso, dados preocupantes revelam que 63% dos jovens em relacionamentos são vítimas de algum tipo de violência, com 68,1% a legitimar comportamentos abusivos[3].

Uma em cada 8 meninas ou mulheres, no mundo, foram vítimas de violação ou abuso sexual na infância, i.e., cerca de 370 milhões, e dessas, 120 milhões são raparigas que, com menos de 20 anos, viveram algum tipo de experiência sexual forçada[4].

Cópia

Mais uma vez, registaram-se 223 casos de Mutilação Genital Feminina em 2023[5], o que perfaz um aumento de 17,57%, relativamente aos dados de 2022.

Entre outubro de 2022 e setembro de 2023, a maioria das 321 pessoas trans que se sabe terem sido assassinadas no mundo, são mulheres negras[6]. A violência machista não ignora contextos nem origens - todas as mulheres estão sob ameaça.

O investimento na sensibilização das novas gerações é urgente. Reiteramos a importância de continuar a sensibilizar, denunciar e agir. A todas as vítimas, reforçamos que não estão sozinhas e que serviços como a Linha de Apoio à Vítima estão disponíveis para oferecer apoio gratuito e confidencial.

---

3 https://www.cig.gov.pt/2024/02/comportamentos-de-violencia-no-namoro-continuam-a-ser-legitimados-por-uma-grande-percentagem-de-jovens/

4 https://www.unicef.org/documents/promising-programmes-prevent-and-respond-child-sexual-abuse-and-exploitation

5 https://www.publico.pt/2024/02/06/sociedade/noticia/detectados-238-casos-mutilacao-genital-feminina-casos-estao-aumentar-2079395

6 https://www.publico.pt/2023/11/20/p3/noticia/dia-internacional-memoria-trans-lisboa-recebe-vigilia-vitimas-2070647

O Município de Barcelos tem o dever de se comprometer com a importante tarefa de promover e reforçar todas as políticas públicas de prevenção e apoio às vítimas da violência doméstica.

Apelamos a que o assinalar desta data inspire políticas mais eficazes, maior sensibilização social e uma cultura de tolerância zero à violência contra meninas e mulheres, condição sem a qual não haverá nunca uma sociedade justa e igualitária, o que, infelizmente, vimos repetindo a cada ano e lembrando que os direitos das mulheres são direitos humanos. A luta conta a violência machista é uma luta de todos nós e uma responsabilidade enquanto cidadãs e cidadãos.

Assim, a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida a de 12 de dezembro de 2024, ao abrigo do disposto no artigo 25.º, n.º2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

1. Saudar todas as iniciativas convocadas que assinalaram este dia e a pertinência da luta pelos direitos das mulheres e o trabalho de todas aquelas pessoas que fazem a luta pela eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas, condição fundamental para uma sociedade livre, democrática e igualitária, defensora e respeitador dos Direitos Humanos.
2. Prestar homenagem a todas as mulheres vítimas de violência doméstica, reconhecendo a necessidade de combater a misoginia e qualquer violência de género na sociedade.

Cópia

Os deputados municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda,
José Maria Cardoso
Miguel Martins

Cópia

TB TODOS BARCELOS

Assembleia Municipal 12 de dezembro de 2024

Ponto 2) Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em 2025 relativas às receitas municipais do IMI, Derrama, Participação de IRS, Taxa Municipal de Direitos de Passagem, redução da Taxa da Feira Semanal, isenção da Taxa das Atividades no Mercado Municipal Provisório (ou campo de feira, aos sábados de manhã), isenção da Taxa de Ocupação do Espaço Público (esplanadas), não atualização das demais taxas e não agravamento das taxas de recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos

Declaração voto

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

O TB-Todos Barcelos votou favoravelmente este ponto pois esta seguro que todas as isenções e/ou baixas as taxas e impostos municipais tem imensas vantagens tais como: Estímulo ao Desenvolvimento Económico com Atração de Empresas e Investimentos; Alívio para Cidadãos e consequente Incentivo ao Consumo; Estímulo ao Setor Habitacional permitindo melhor acesso á habitação.
Contudo é preciso ter em atenção que esta redução da Receita Municipal não pode ter Impacto nos Serviços municipais nomeadamente redução da autonomia financeira, criação de ineficiências e desigualdades etc...
É necessário avaliar os benefícios esperados em relação às perdas de arrecadação, garantindo que os incentivos tragam retorno para a economia local.

Cópia

Esta decisão tem de ser estratégica e alinhada aos objetivos do município. Quando bem planeada, esta política pode ser um poderoso instrumento de crescimento económico e melhoria da qualidade de vida. A isenção ou redução de impostos municipais é seguramente uma estratégia importante para promover o desenvolvimento económico, atrair investimentos e aliviar a carga financeira de cidadãos e empresas mas deve ser balanceada para não comprometer os serviços públicos essenciais e a sustentabilidade financeira do município. É necessário equilibrar essa política com a capacidade do município de gerar receita para financiar serviços e infraestrutura essenciais

TB - Todos Barcelos

J. Rosa

(Jose Rosa)

Rua Duques de Barcelos, 4750-264 Barcelos – joserosa@am-barcelos.pt - +351 963848953

Cópia